

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor PAULO CÉSAR MONTAGNER, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Amanda dos Santos de Deus, Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana Maria Frattini Fileti, Anderson de Souza Sant'Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, Andréia Galvão, Ângelo Roberto Biasi, Ariovaldo José da Silva, Arnaldo César da Silva Walter, Bárbara Jéssica de Assunção Costa, Beatriz Cardoso Nascimento, Bruno Gomes Ximenes, Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani Pagan, Cínthia Pereira Machado Tabchoury, Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniel Martins de Souza, Débora Cristina Jeffrey, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos Santos José, Eliana da Silva Souza, Emilson Pereira Leite, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco da Fonseca Rodrigues, Francisco Hideo Aoki, Gláucia Maria Pastore, Hernandes Faustino de Carvalho, Higor Campos do Nascimento, Hugo Enrique Hernandez Figueroa, Joana Froes Bragança Bastos, Jörg Kobarg, José Luis Pio Romera, Josely Rimoli, Juliana Freitag Borin, Karina Gonzales Silvério Ruiz, Kethlyn Kethriny da Costa Brito, Laura Rinco Hassen Khaddour, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luiz Seabra Junior, Marcelo Dotti, Marcos César de Oliveira, Marcos Nogueira Martins, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Pavan Serafim, Mônica Alonso Cotta, Noel dos Santos Carvalho, Odilon José Roble, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Paulo José Rocha de Albuquerque, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Reginaldo Alves do Nascimento, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodolfo Jardim de Azevedo, Sandro Dias, Sylvia Helena Furegatti e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Augusto Cesar da Silveira, Flávio Henrique Baggio Aguiar, José Alves de Freitas Neto, Maria Silvia Viccari Gatti, Osvaldir Pereira Taranto e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Raluca Savu; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza, Newton de Almeida Prado Junior e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Marcelo Alves da Silva Mori, sendo substituído pela conselheira Gláucia Maria Pastore; Muriel de Oliveira Gavira, sendo substituída pela conselheira Cínthia Pereira Machado Tabchoury; José Antonio Rocha Gontijo; Anna Christina Bentes da Silva; Pedro Víctor de Carvalho Costa, sendo substituído pela conselheira Barbara Jéssica de Assunção Costa; Rayan Gabriel Rodrigues da Silva; Erika Chioca Furlan; e Giovanna da Costa Romaro, sendo substituída pelo conselheiro Reginaldo Alves do Nascimento. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Nonagésima Primeira Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma presencial. Fazendo as considerações iniciais, diz que esta Sessão está sendo

transmitida pelo YouTube, e ela ocorre em uma sala de 142 metros quadrados, com capacidade para 81 pessoas sentadas. O ambiente conta com cinco fileiras de mesas contínuas para os conselheiros e uma mesa para a presidência, que fica de frente para as outras cinco. Sobre todas as mesas há *laptops* e microfones para que os membros possam acessar as pautas e fazer uso da palavra sem precisar se deslocar. Solicita aos membros titulares que façam o *login* no *site* da Secretaria Geral e acessem o menu Consu - Sessões para que suas presenças sejam registradas e para que recebam as cédulas de votação. Quando estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. Lembra que é imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página da SG (menu Sessões). Caso a cédula de votação não apareça para algum conselheiro, este deverá aguardar a finalização da votação em curso e, em seguida, pedir a palavra para declarar seu voto no microfone. Para manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e de três minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente deve ser realizada por meio do livro de inscrições que se encontra sobre a mesa lateral à sua direita. Reforça a necessidade de atenção para a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), especialmente em relação ao cuidado com a exposição de dados sensíveis e pessoais. Dá as boas-vindas ao novo diretor do Instituto de Geociências, Prof. Dr. Emilson Pereira Leite, e à Diretora Associada, Profa. Dra. Maria Beatriz Machado Bonacelli, com mandatos de 19.05.25 a 18.05.29. Informa que estão disponíveis no *site* da SG os pareceres CLN referentes aos itens 02, 03, 04, 05 e 06 da Ordem do Dia. Informa também que no documento 07 do item 06 do Expediente, onde constou “Carreira de Pesquisador – CIDD – Admissão, constar “Carreira de Pesquisador – CIDP – Admissão”. Informa ainda que os processos nº 01-P-47166/2022 e nº 01-P-23571/2021, que tratam de recursos interpostos por docentes da Feec e da FCF contra aplicação de penalidades após Processo Administrativo Disciplinar, retirados de pauta da 190ª Sessão do Consu, não retornaram em virtude de documentação complementar apresentada posteriormente, as quais estão sob análise. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Nonagésima Sessão Ordinária e sua continuação, realizadas em 1º de abril e 08 de abril de 2025, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 06 abstenções. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Primeira Sessão Extraordinária de 2025, realizada em 1º de abril de 2025, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 05 abstenções. A seguir, submete à apreciação a Ata da Segunda Sessão Extraordinária de 2025, realizada em 06 de maio de 2025, consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 07 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 16 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 02 itens. Já estão destacados pela Mesa os itens 01 – Proc. nº 09-P-43322/2024 –, 02 – Proc. nº 01-P-13090/2022 – e 07 – Proc. nº 01-P-43886/2024 – da Ordem do Dia e itens 01 – Proc. nº 01-D-19725/2025 – e 02 – Proc. nº 01-P-10278/2023 – da Ordem do Dia Suplementar. Pergunta se há destaques por parte dos conselheiros. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ destaca o item 08 – Proc. nº 01-D-11220/2025. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES destaca o item 05 – Proc. nº 01-P-26543/2023. A Conselheira ANA

MARIA ALVES CARNEIRO DA SILVA destaca o item 06 – Proc. nº 01-P-4290/2019. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 01 abstenção, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: B – Comissão Central de Graduação – CCG – b) Alteração do Regimento Interno do Consu – Regimento Interno do Consu – 03) Proc. nº 01-P-2719/2001 – Proposta de Deliberação Consu que altera os artigos 12, 13, 14, 15 e 21 do Regimento Interno do Conselho Universitário – Pareceres PG-334/25 e 1274/25. c) Novo Regimento Interno da CCG – 04) Proc. nº 01-P-5894/1998 – Proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Central de Graduação, revogando a Deliberação Consu-A-15/1998 – Pareceres PG-334/25 e 1274/25, Parecer SPLN-03/25, Parecer CCG-07/25 e Deliberação CCG-04/25. G – Solicitação de Recursos para Área da Saúde – 09) Proc. nº 40-D-5557/2025 – Solicitação de recursos para pagamento de horas extras, no valor de R\$148.693,68, aos profissionais que atuarão na campanha de vacinação contra gripe no período de abril a agosto de 2025 – Informação Aeplan-522/25 e Pareceres COP/Consu-05/25 e CAD-06/25. H – Proposta de Distribuição de Cargos – Artigo 48, I, ‘z’, dos Estatutos – Deliberação Consu-A-03/2020 – 10) Proc. nº 01-P-11455/2025 – Proposta de distribuição de 12 (doze) cargos para a Carreira de Pesquisador, conforme segue. Unidade/Proposta: CCSNano: 1, Cepetro: 2, Cesop: 1, CIDDIC: 1, CLE: 1, CMU: 2, Nepam: 1, Nepo: 1, NEPP: 1, Nied: 1, Total: 12 – Ofícios Cocen-38/25 e 142/24, Despacho PRDU-01/25, Parecer CVD-22/25 e Informação Aeplan-800/25. I – Recursos ao Consu – a) Concurso Público para Provimento de Cargo de Professor Doutor – Artigo 25 da Deliberação Consu-A-30/2013 – 11) Proc. nº 19-P-28085/2024 – M. M. M. – Recurso interposto pela candidata referente ao Concurso Público para provimento de um cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, na área de Psicologia Educacional, nas disciplinas VII07 - Oficina Autorregulação da aprendizagem e saberes na Universidade, EP 128 - Psicologia I e EP129 - Psicologia II do Departamento de Psicologia Educacional, da Faculdade de Educação, para atuação no Programa Formativo Intercultural para Ingressantes pelo Vestibular Indígena (ProFIIVI) – Parecer Depe-01/25 e Parecer PG-393/25. 12) Proc. nº 36-P-29770/2024 – M. J. A. P. – Recurso interposto pelo candidato referente ao Concurso Público para provimento de um cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, na Área de Núcleo Geral Comum, nas Disciplinas VII01 – Encontros Interculturais: Povos Indígenas e a Universidade, VII03 – Letramentos Acadêmicos I, VII06 - Letramentos Acadêmicos II e VII11 – Epistemologias Interculturais, da Faculdade de Ciências Aplicadas, para atuação no Programa Formativo Intercultural para Ingressantes pelo Vestibular Indígena (ProFIIVI) – Pareceres PG-326/25, 852/25 e 1171/25. b) Aplicação de Penalidade – Artigo 151, inciso VIII, dos Estatutos – Artigo 35 do Regimento Interno do Consu – 13) Proc. nº 01-P-41227/2023 – S. R. C. S. – Recurso interposto pelo interessado contra o ato de punição de demissão a bem do serviço público – Relatório Final CPP II nº 05/24 – Despacho do Reitor nº 921/24 – Pareceres PG nºs 2489/24 e 860/25. J – Pós-Graduação – Artigo 83, § 1º, inciso II da Deliberação Consu-A-10/2015 – 14) Proc. nº 36-P-29646/2024, da Faculdade de Ciências Aplicadas – Proposta de criação do Projeto de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível

Superior (PCI) de Mestrado Institucional (Minter) entre a Unicamp (FCA) Programa Administração e a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) – Aprovação pela Congregação em 14.08.24 – Deliberação CCPG-30/25 e Parecer Cepe-02/25. 15) Proc. nº 02-P-40248/2023, da Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de criação de Projeto de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI) de Doutorado Institucional (Dinter) entre a Unicamp (FCM) Programa Farmacologia e a Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica) – Aprovação pela Congregação em 28.02.25 – Deliberação CCPG-31/25 e Parecer Cepe-03/25. K – Proposta de Logotipo – Portaria GR-34/95 – 16) Proc. nº 01-P-16866/2025, da Diretoria Acadêmica – Proposta de novo logotipo da Diretoria Acadêmica – Ofício DAC-14/25 e Parecer PG-1211/25. O MAGNÍFICO REITOR solicita ao plenário que façam uma inversão e passa à discussão dos itens 01 e 02 da Ordem do Dia Suplementar: Proc. nº 01-D-19725/2025 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que aprova o reajuste de 5,51% (cinco inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) proposto pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), a partir de maio de 2025; e Proc. nº 01-P-10278/2023, que trata de proposta de Deliberação Consu que altera o *caput* do artigo 2º da Deliberação Consu-A-06/23, que institui o benefício do Vale-Refeição, reajustando o valor unitário para R\$43 (quarenta e três reais) a partir de 1º de junho de 2025. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que em maio, como é de praxe, há as discussões da data-base; após várias reuniões nas áreas técnicas, tanto do Cruesp quanto do Fórum das Seis, chegaram a essa proposta de 5,51% a partir das posições das três universidades. Observa que 5,51% é um aumento real, se tiverem como referência o IPC da Fipe, e mesmo em termos do IPCA, do INPC, que são os outros índices de inflação. Lembra que já existe uma previsão de uma parte desses recursos dentro da distribuição orçamentária; o impacto é de R\$13,246 milhões, de um total de R\$107 milhões, mas como R\$94 milhões já estavam dentro da reserva de contingência, esse impacto é de R\$13 milhões. Com os 5,51%, se tomarem como referência os últimos quatro anos, que teve uma inflação, medida pelo IPC-Fipe, da ordem de 26,65%, os servidores tiveram um reajuste de 47,74%, um ganho real de 16%. Portanto, há sim um esforço por parte das gestões das três universidades, com o acompanhamento do Fórum das Seis, de buscar o tempo inteiro a manutenção, quando não o aumento do poder aquisitivo. Obviamente que esses reajustes puderam ser dados a partir do momento em que as universidades tiveram condições financeiras para isso, o que não foi possível em períodos anteriores. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o Fórum das Seis acredita na arrecadação de R\$181,8 bilhões prevista pela Secretaria da Fazenda, mas a Aeplan e a PRDU têm um pouco de dificuldade de acreditar nesse valor. Em todas as previsões que fizeram, por diferentes métodos, dentro do Cruesp, essa arrecadação já parece ser menor, entre R\$177,3 bilhões a R\$179,5 bilhões. A inflação do período foi 5,01%, no final das discussões foi concedido 5,51%, mantendo a política de fazer a recomposição salarial dos últimos 12 meses e dar alguma coisa de ganho real no salário. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que fizeram uma avaliação no Fórum das Seis e, de fato, como disse o senhor Thiago, estão trabalhando com a previsão de arrecadação de ICMS oficial da Secretaria da

Fazenda do Estado, que projeta uma arrecadação de R\$181,886 bilhões. Nessa projeção da arrecadação do Estado, tem não só o crescimento do PIB mais a inflação, mas também tem a redução de 61 desonerações de ICMS que o Estado fez em dezembro do ano passado. Projetam uma arrecadação de R\$10 bilhões com essas desonerações, por isso chegaria nesse valor. Então, acreditam que o Estado tem instrumentos para fazer com que essa arrecadação se realize. De fato, o primeiro quadrimestre desse ano, comparado com o mesmo período do ano passado, está com um crescimento de 9,21%, abaixo dos 10,8% projetados. Então, é preciso uma arrecadação maior nesses meses que estão faltando para que se atinja esse valor. Mas o Fórum das Seis flexibilizou a negociação, tanto na primeira reunião quanto na reunião de ontem, apresentando uma contraproposta ontem de 8% de reajuste, com base na menor projeção feita pelos técnicos do Cruesp. Os três técnicos das Reitorias trabalham com projeções de R\$176,8 bilhões até R\$179 bilhões de arrecadação, e a contraproposta do Fórum das Seis foi em cima dessa projeção mais baixa. Isso significa dizer que as três universidades têm dinheiro para pagar 8% de reajuste e ficaria o comprometimento no nível que está hoje. Acharam que haveria, por parte dos reitores, uma negociação, já que, após a primeira reunião, a USP mudou o VA de R\$1.260 para R\$1.950, e a Unesp de R\$1.503 para R\$2.000. Então, tinha espaço no orçamento das universidades para deixar o dinheiro para o reajuste. Não estavam focados em benefícios, mas em reajuste salarial, porque, inclusive, atinge os aposentados, que, com essa história de pagar benefício, não têm tido uma valorização por ter trabalhado nas universidades e ter feito com que elas sejam o que são hoje. O Fórum das Seis achava que teria sido possível avançar, por isso propõe a inclusão do parágrafo que foi sugerido no ano passado pelo conselheiro Wagner Romão: se houver uma alteração na arrecadação e houver nova reunião com o Cruesp em junho, que o Consu fique autorizado a aprovar e aportar recurso para cobrir um reajuste maior que 5,51%. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER solicita a palavra à professora Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que não vai repetir os números que o senhor José Luis apresentou, mas realmente na discussão, principalmente na reunião de ontem, em que solicitaram um índice de 8%, baseado no pessimismo do GT, dos R\$177 bilhões, efetivamente não conseguiram negociar. Na verdade, não houve negociação. A primeira reunião pode ser considerada uma negociação quando o professor Sarti disse desse ganho real de 0,5%, que em cerca de um mês já vão perder. Não houve recuperação salarial, e o Fórum das Seis tem insistido muito nessa questão; devem ficar atentos e frequentemente discutir os dados do ICMS, para que, de qualquer maneira, o Fórum das Seis apresente propostas para o Cruesp e ele os responda de maneira positiva. Registra que o professor César fez um esforço no sentido de que ocorresse a segunda reunião, em um prazo relativamente curto. Percebeu algumas coisas muito desagradáveis em relação aos reitores, sendo a primeira delas que menos de 24 horas depois de terem sentado com o Cruesp, a USP solta o reajuste do vale-alimentação, e pouco tempo depois, a Unesp faz a mesma coisa. E aqui na Unicamp, o reajuste do VR. Em plena data-base, em pleno momento em que estão discutindo salário, algo que vão levar para a vida, ao contrário desses benefícios, que são temporários. Esses “agradados” são tentativas de convencer os trabalhadores de que assim está bom; é absurdo que uma classe como

1 a dos docentes, intelectualmente desenvolvida, se cale diante de um fato como esse. Não devem
2 se sentir premiados, mas até mesmo enganados; é um desrespeito com o Fórum das Seis, que
3 trabalha incansavelmente por salário, inclusive não trouxeram pautas específicas. Avançaram
4 com o GT Previdência e um GT para os estudantes, avançaram com o Fórum das Seis, mas
5 precisa registrar as expressões de um dos reitores sentado à mesa, de um total desrespeito e
6 desconsideração. É óbvio que já chegaram aqui com tudo pensado, mas o Fórum tem que ser
7 respeitado e considerado como a entidade responsável pela negociação com os reitores. Está
8 bastante chateada, e como atual coordenadora do Fórum das Seis, tinha que fazer essa fala. O
9 Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que apoia a emenda proposta pelo
10 conselheiro José Luis. Sobre a questão do aumento real este ano, podem entrar em uma
11 controvérsia sobre quão real é esse aumento. Não só no Brasil, mas há uma tendência
12 internacional de uma pressão inflacionária considerável, que varia de país para país,
13 evidentemente, desde a pandemia e no pós-pandemia também. Há uma série de matérias na
14 imprensa, de diferentes matizes ideológicos, sobre o aumento do custo de vida, em especial no
15 que diz respeito aos alimentos. As duas Reitorias das universidades coirmãs propuseram
16 reajuste no vale-alimentação, a Unicamp já tinha feito a mesma coisa, e agora também está aqui
17 sobre a mesa a proposta de reajuste no vale-refeição. Esses benefícios, embora representem
18 para os servidores da ativa um incremento de renda, não implicam um incremento de renda para
19 os aposentados e, portanto, não são incorporados a longo prazo para os próprios servidores da
20 ativa que em algum momento serão também aposentados. Mas, independentemente dessa
21 discussão, que é da maior relevância quando se trata de negociação salarial, vai voltar a um
22 ponto anterior, de natureza política. As mesas de negociação entre o Cruesp e o Fórum das Seis
23 ocorrem há mais de 30 anos, dentro de regime de autonomia, garantido a partir de 1989, como
24 resultado de uma greve dos professores, funcionários e estudantes dessas três universidades. E
25 o regime de autonomia, que possibilitou esse mecanismo de negociação entre o Cruesp e o
26 Fórum das Seis, é o que garante que os salários das universidades estaduais paulistas, hoje,
27 estejam melhores do que os das universidades federais, e muito melhores do que os das
28 universidades estaduais de outros estados. Quem quiser ter uma ideia, pode ir dar uma volta em
29 Londrina ou Maringá, ou no Rio de Janeiro, ou em Minas Gerais, ou na Bahia, e assim por
30 diante. Está lembrando isso porque lhe parece que a tendência recente de submeter os reajustes
31 salariais aos Conselhos Universitários representa um problema, porque acaba se tornando um
32 mecanismo de encerramento precoce das negociações. Ninguém está falando aqui em medidas
33 de força, em greve, em nada disso; está se pedindo apenas que as negociações continuem, no
34 sentido de achar o melhor acordo possível dentro das condições existentes. Há sempre
35 controvérsias, e é natural que assim seja, entre os técnicos do Cruesp e os técnicos do Fórum
36 das Seis em relação a qual é o limite, quais as possibilidades e que reajuste é possível conceder.
37 Muitas vezes, essa diferença está na casa decimal, em outras muitas é da ordem de mais de 1%,
38 às vezes bem mais. Mas é importante justamente que essa negociação possa ser encerrada no
39 fórum adequado. Não está se opondo necessariamente a que o Conselho vote, acha que esse
40 reajuste deve ser votado hoje, está na pauta, é importante que seja garantido. Mas é importante

1 que as negociações não se encerrem por conta desta votação, para que justamente as entidades
2 sindicais, que são aquelas, inclusive por lei, responsáveis pela negociação coletiva, e os reitores,
3 que dentro do regime da autonomia também são responsáveis pela negociação coletiva, do
4 ponto de vista das instituições, possam levar adiante e encerrar as negociações no fórum próprio
5 para isso, que há mais de 30 anos tem sido espaço para essas negociações. Então, manifesta seu
6 apoio à proposta do senhor José Luis de emenda, que foi apresentada já no ano passado pelo
7 conselheiro Wagner Romão, e que foi inclusive naquele momento aprovada neste Conselho. O
8 Conselheiro REGINALDO ALVES DO NASCIMENTO diz, fazendo uma rápida
9 audiodescrição, que está vestindo uma camiseta preta, está de barba e cabelo por cortar.
10 Corroborar o que foi trazido nas falas do senhor José Luis, do professor André e da professora
11 Silvia: acha importante ter esse adendo na deliberação do Consu, assim como houve ano
12 passado, permitindo que continuem abertas as negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis,
13 revisando a inflação e também a arrecadação do ICMS, para possibilitar mais ganhos para a
14 Universidade e suas categorias. Se analisarem a partir do salário dos servidores com menor
15 poder aquisitivo, considerando os aposentados, em geral os itens da cesta básica, assim como
16 aluguel, questões de saúde, costumam ter um aumento maior do que a inflação acumulada, que
17 é a inflação de maneira geral. Então manter essas discussões abertas e possibilitar uma revisão
18 futura e uma possível ampliação do reajuste significa também ter um olhar para a parcela das
19 categorias da Universidade, os aposentados e aquelas pessoas com menor salário, que mais
20 dependem desse reajuste. Reforça, portanto, que é muito importante a manutenção do adendo
21 este ano, possibilitando que efetivamente aconteçam as negociações entre o Cruesp e o Fórum
22 das Seis, e que a discussão não se encerre aqui. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO
23 parabeniza o conselheiro José Luis por sua fala; a emenda que foi apresentada ano passado pelo
24 Conselheiro Wagner Romão deve continuar para este ano. Solicita a abertura de negociação
25 sobre o reajuste, observando que é importante atender a proposta do Fórum das Seis de 8%,
26 pois ameniza a revolta dos servidores quanto ao índice proposto pelo Cruesp de 5,51%. Na
27 visão dos funcionários, não ocorreu o diálogo como deveria; solicitam reajuste de 17,5% e vão
28 dialogar para continuar as negociações mesmo com a votação de hoje. Contam com o Fórum
29 das Seis para modificar esse índice através de negociações, e ressalta que é importante o reajuste
30 dos salários, visto que os aposentados também são beneficiados. Parabeniza a participação das
31 professoras da creche, que sempre mostraram sua força em todas as datas-base. Sobre o assunto
32 de auxílios, solicita que seja explicitado o valor de cada um deles e quais foram os reajustes
33 apresentados, para que toda a comunidade tenha ciência, principalmente o auxílio-educação
34 especial. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que deixa a
35 discussão do reajuste salarial para o Fórum das Seis, que faz isso com muita destreza e tem
36 muito mais competência do que ele para isso. Mas lhe chamou a atenção o item 3 do documento
37 apresentado pela Aeplan, sobre o Programa de Desenvolvimento de Carreiras, que aplica o
38 reajuste em cima do valor destinado na PDO de R\$54 mil, totalizando R\$2,981 milhões. Há um
39 trecho no documento que lhe chamou a atenção: “de forma a não prejudicar o andamento das
40 contratações da Universidade”. Diz que, em reunião recente feita com o pessoal que está

trabalhando com a progressão Paepe, foi informado que o reajuste de 5,51% não será aplicado ao processo de progressão de carreira. Isso os assusta um pouco, porque diminui o valor disponível para as pessoas que estão no processo. Lembra que os servidores da Carreira Paepe ficaram muito tempo sem ter condições de se elevar na carreira, e após quatro rodadas há um grupo considerável de pessoas que participou em 2022 da progressão horizontal, porque acreditavam que era a melhor opção, que são muito competentes, que ganharam lá atrás, que estão almejando ganhar uma progressão vertical, mas talvez não haja recurso para todos. São pessoas que teriam condições, pessoas que estariam bem classificadas, mas que talvez sejam impactadas com essa redução de valor, porque o salário aumenta, mas não aumenta o valor destinado às carreiras. Solicita esclarecimento sobre isso e a possibilidade de aplicar esse índice também à progressão da carreira. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES manifesta seu apoio à inclusão do parágrafo sugerido pelo conselheiro José Luis e reforça a fala do conselheiro Matheus de que seria importante a aplicação dos 5,51% na verba destinada à progressão Paepe. Lembra que as pessoas que estão concorrendo este ano são as que conseguiram a progressão horizontal em 2022; são pessoas que nos últimos 13 anos ganharam apenas uma progressão horizontal e são altamente capacitadas. Olhando a lista do Instituto de Biologia, vê um grande número de pessoas que são aquelas que se dedicam muito aos seus locais de trabalho. Imagina que grande parte delas vão estar na lista, com boas classificações, então seria importante esse aumento de 5,51%. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI diz, representando a Associação Nacional dos Pós-Graduandos, que os residentes têm também uma solicitação de aumento. Vai fazer a leitura de um texto: “O diretor de saúde da ANPG, Tiago Almeida, foi à frente da Cesab, na Bahia, para lembrar o que muita gente esquece. O residente é cobrado com responsabilidades de um profissional de serviço, mas na hora de ter seus direitos garantidos, não são lembrados como profissionais, trabalhadores, mas como um mero estudante bolsista. A bolsa de estudos não é uma ajuda de custos, é o que mantém o residente vivo, que está sem vínculo empregatício, sem reajuste, e ela fica defasada por anos. Mas o reajuste da bolsa sempre depende da forte pressão política, e isso não dá para aceitar. A carga horária – e não só na Unicamp, mas no Brasil – de 60 horas semanais não ajuda na formação; ao contrário, favorece o adoecimento do profissional e a desistência dos programas de residência. Enquanto a gente luta por uma vida além do trabalho e 36 horas de jornada, o residente continua com 60 horas sendo explorado como mão de obra barata. O governo financia as residências, mas não garante que esse profissional fique no SUS. Na verdade, quem perde é a população, com a falta de especialistas no serviço público. Por isso é preciso que exista um plano de carreira, de valorização para esses profissionais, que sejam incorporados para cuidar de quem mais precisa. O residente sem valorização, quem adoece é o SUS”. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz, respondendo ao conselheiro Cláudio Servato, que o valor do auxílio-educação especial é R\$1.350; do auxílio criança é R\$1.030; do auxílio-alimentação é R\$1.950; e o aumento do vale-refeição será votado aqui hoje, de R\$40 para R\$43. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que sua dúvida é se houve reajustes nos outros auxílios citados, fora o VR, e observa que seria preciso estender esses auxílios para os aposentados, porque a pressão em cima

1 dos representantes é grande e é uma demanda antiga. O Conselheiro CLAUDIO SADDY
2 RODRIGUES COY diz que a FCM encara a residência como uma parte importante da formação
3 do médico. Sabe que estão discutindo salário aqui, mas os residentes não são tratados lá como
4 mão de obra barata, muito pelo contrário, há valorização; eles têm uma atividade muito intensa,
5 mas que tem um ganho enorme em sua formação. É uma atividade muito valorizada por todo o
6 corpo docente da FCM, assim como pelos médicos assistentes que participam da formação
7 desses médicos. Portanto, discorda totalmente da fala de que os residentes são colocados como
8 mão de obra barata nos hospitais, o que não acontece de forma nenhuma. O Conselheiro
9 FERNANDO SARTI diz que ninguém aqui é contra a negociação, muito pelo contrário,
10 precisam apenas pensar os critérios que estão negociando. Respondendo ao senhor José Luis,
11 diz que a comunidade como um todo torce para o aumento de arrecadação, já que a
12 Universidade depende desse recurso. Também tinham essa perspectiva das desonerações,
13 trataram muito disso, mas precisam se ater aos fatos, não podem tomar decisões baseadas em
14 expectativas. A LOA trazia a previsão de arrecadação de R\$181,866 bilhões, que representava
15 um aumento de 10,8% em relação ao ano anterior, mas isso não vem se verificando. Em geral,
16 a LOA traz uma previsão de crescimento proporcional ao PIB mais a inflação; em dezembro de
17 2024, todos projetavam uma inflação, para 2025, de 5% e um PIB de 2%, portanto se esperava
18 que fosse 7%. O governo anunciou 10,8%, e a Universidade é obrigada a seguir o que a
19 Secretaria de Fazenda indica. De janeiro a abril, a Aeplan e a PRDU verificaram no sistema do
20 governo que a arrecadação cresceu 9,5%, e não 10,8%. Comparando abril de 2025 e abril de
21 2024, foram 7,1% de crescimento, então está havendo claramente uma desaceleração. O senhor
22 José Luis tem toda a razão ao dizer que o governo tem instrumentos, quando anunciou que
23 voltaria a onerar, só que isso não repercutiu até agora na arrecadação. O que estão olhando e
24 não conseguem explicar, inclusive estão em contato com os técnicos da Secretaria de Fazenda,
25 é por que um dos itens fundamentais da arrecadação do ICMS, os preços administrados, não
26 cresceram. São três serviços: energia elétrica, telecomunicações e combustíveis. Tinha uma
27 expectativa de que esses preços administrados fossem crescer, até porque se voltou a onerar a
28 gasolina e o diesel; agora está valendo uma alíquota fixa, de 10 centavos para a gasolina e cinco
29 centavos para o diesel. Os preços administrados, em vez de crescer 10%, cresceram 1,5% até
30 agora. Enquanto não houver uma sinalização por parte da Secretaria da Fazenda, seria
31 absolutamente imprudente tomar uma decisão relativa a uma despesa permanente com base em
32 um desejo de arrecadação. Além disso, enquanto gestores, não é o único critério olhar para a
33 variação da arrecadação apenas pensando nos salários. Precisam olhar todas as despesas da
34 Universidade, salários, custeio, investimento; não podem fazer o cálculo de que se a
35 arrecadação vai aumentar 10%, os salários têm que aumentar 10%. Primeiro que é uma
36 previsão, e vão continuar monitorando, a área técnica vai continuar se reunindo com o Fórum
37 das Seis. Também possuem a expectativa de que essa arrecadação possa mudar sobre o que foi
38 esse primeiro quadrimestre, mas precisam lidar com a realidade. Vão aprovar hoje aqui a
39 primeira revisão orçamentária, que demonstra um déficit entre a previsão de arrecadação e a
40 previsão de despesas, e devem levar isso em consideração. E não estão sacrificando salário, já

que, nos últimos quatro anos, repuseram 47% dos salários contra uma inflação de 26%. Entende que o sindicato tem que brigar por salário e ele se refere a um nível que foi o nível de 2012, quando o salário atingiu o seu máximo, e é a esse período que se referem quando falam nos 17,5%. Hoje, entretanto, é tecnicamente impossível repor isso, mas afirmar que estão fazendo uma defasagem salarial não é verdade; estão fazendo a reposição do poder aquisitivo nos últimos quatro anos, dentro dos limites da arrecadação. Ressalta que é absolutamente irresponsável assumir uma despesa permanente em cima de expectativas. Nenhum problema de acrescentar o parágrafo que foi colocado ano passado: “A aprovação constante no artigo 1º não é impeditiva de eventual ampliação do índice ou benefícios ainda no ano corrente”. Mas devem realmente, de forma madura, séria, consequente, analisar o que está acontecendo com a arrecadação e o que está acontecendo com o custeio e com as demais despesas. Concorde plenamente com o argumento da professora Silvia de que quando aumentam benefício, prejudicam os aposentados. Mas lembra que a demanda por vale-refeição e por auxílio-saúde não veio da gestão, veio dos sindicatos, e após concedidos eles dizem que prejudicam uma parte da categoria que são os aposentados. Deveriam, então, conversar um pouco antes. Pessoalmente defendeu que não fosse concedido o VR, ou, na melhor das hipóteses, que ele fosse incorporado ao vale-alimentação. A lei proíbe que o VR seja estendido aos aposentados; na USP os aposentados tentaram ganhar o auxílio-saúde na justiça, perderam, porque a lei também proíbe que seja concedido o auxílio-saúde aos aposentados. Então, quando os sindicatos fizerem uma demanda, devem analisá-la antes; porque talvez as três universidades, em vez de estar concedendo esses benefícios, poderiam ter colocado isso em salários. Não adianta o senhor José Luis dizer se o benefício está ou não incluído na folha; a Unesp não inclui, a Unicamp inclui, a USP inclui, a questão é que é saída de caixa, e benefício tem recurso. Só os benefícios, já respondendo ao conselheiro Cláudio Servato, representam hoje 8%, e esse dado consta da proposta de distribuição orçamentária e da revisão orçamentária. Então, não é uma questão de ser contra as negociações, é apenas ter negociações que se pautem em critérios e métricas que considera as mais adequadas para fazer a gestão de um orçamento. Respondendo ao conselheiro Matheus, diz que na última rodada de progressão estavam aptos 2.455 servidores, dos quais se inscreveram 1.652, 1.079 na vertical e 573 na horizontal. Dessa vez, o critério de avaliação de desempenho exigia a nota 6, houve uma preferência pela vertical, sabendo que na vertical constaria um critério novo. Houve 57 servidores que não atingiram esse nível, portanto o número final foi de 1.595 participantes. A previsão de recursos é de R\$25 milhões para se fazer a progressão, e com isso os recursos das rodadas dos últimos quatro anos chegam a R\$120 milhões, que se tornam recursos permanentes para os servidores, como forma de tentar aumentar sua eficiência e premiar sua excelência. Quando olham para o número total, de 7.500 funcionários, 5.000 já progrediram, e a partir dessa distribuição entre vertical e horizontal, a expectativa é de que terão a progressão de aproximadamente 70% dos servidores, o que lhe parece muito razoável. Lógico que seria ideal colocar aqui R\$50 milhões, e dessa forma 100% dos servidores poderiam progredir, se aptos com as notas, mas não é essa a realidade da Unicamp. No entanto, dizer que R\$120 milhões, sendo R\$25 nesta rodada, atingindo um

1 percentual de progressão de 70%, são números que estão desrespeitando ou não reconhecendo
2 o mérito, o esforço dos funcionários, não é verdade. Precisam trabalhar dentro da razoabilidade
3 também. Respondendo ao professor André, em relação à questão das negociações, acha, sim,
4 que devem ter instâncias mediadoras, e é fundamental a negociação feita pelo Fórum das Seis
5 com o Cruesp. Mas devem entender que o Conselho Universitário é o órgão máximo da
6 Universidade e as decisões têm que ser tomadas neste espaço democrático e representativo,
7 onde todas as decisões tomadas ganham legitimidade. A Professora SILVIA MARIA VICCARI
8 GATTI observa que ficaram dois anos sem aumento salarial em razão da lei complementar 173.
9 Ninguém está reclamando dos cerca de 40% de reajuste concedidos nos últimos anos, sempre
10 cita isso, mas devem pensar agora e olhar para o futuro. Progressão é um processo natural em
11 uma universidade que quer manter sua excelência; colocam na folha cheia tudo que vai ser
12 contratado, progredido e promovido. Está lá, e se não acontecer, continua lá. Precisam ter esse
13 compromisso de continuar se reunindo com o GT, para terem uma reunião congruente.
14 Perguntou para os técnicos do GT como eles conversam com os respectivos reitores, o que
15 contam para eles, se só o que eles falam ou o que o Fórum leva também. Respeita muito o
16 professor Sarti, sempre anota os números que ele passa, porque precisa estar bem informada,
17 mas pede que também conheçam os números do Fórum das Seis. O Conselheiro MATHEUS
18 DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que concorda com os números, eles estão colocados,
19 mas para ele não fica claro no documento para onde vai esse recurso, já que ele não será
20 utilizado no processo de progressão. Pergunta se o montante a mais que está sendo adicionado,
21 de R\$2,9 milhões, vai para contratações. Há um número expressivo de contratações que estão
22 sendo realizadas, e não ficou claro se isso vai aumentar o número de contratações, ou se não
23 vai nada para a progressão. Observa que 86% dos servidores estão concorrendo na progressão
24 vertical porque é exatamente esse o número de pessoas que ganharam na horizontal quatro anos
25 atrás, mas eles estavam há 10 anos, 12 anos sem nenhum tipo de progressão. Concorde que a
26 Universidade tem investido um recurso considerável nesses últimos anos, mas ao mesmo tempo
27 já alertavam, há bastante tempo, que a Universidade precisaria colocar muito recurso por cerca
28 de dez anos para colocar as pessoas no nível em que elas estão. Essas pessoas têm
29 desempenhado funções nas quais hoje, pela classificação estipulada pela CAD, elas estão um
30 nível abaixo. Então, não é que a Universidade não esteja colocando recurso para reconhecer; a
31 Universidade não está reconhecendo realmente onde elas estão, e é por isso que brigam por
32 recurso para a carreira, exatamente para que elas possam ter condições de estar onde já deveriam
33 estar. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que na proposta orçamentária há o item
34 Programa de Desenvolvimento da Carreira, que trata tanto de progressão quanto de contratação
35 para todas as carreiras. Fazem uma previsão das contratações, não sabem exatamente quantos
36 meses vai demorar para elas acontecerem, e então vão ajustando. Como já chegaram ao número
37 certo de qual vai ser o recurso destinado à progressão deste ano, então tiram pela diferença; é
38 isso o que fazem no orçamento, de colocar aquilo que estava previsto no programa que é
39 destinado especificamente para a progressão e o que é para as contratações. O Conselheiro
40 ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que considera muito positivo haver aqui, no

1 ambiente deste Conselho, uma disposição desta Administração Central de respeitar os
2 sindicatos. As divergências são normais sobre a interpretação dos números e o que cabe ou não
3 no orçamento. É dever dos sindicatos agir dessa maneira e também é dever da Administração
4 agir na direção contrária. Mas é importante que aqui haja um respeito aos sindicatos,
5 diferentemente do que aconteceu em gestões anteriores desta Universidade, diferentemente do
6 que aconteceu na USP, que em algumas gestões passadas tinha inegáveis laivos Thatcheristas,
7 ou a atual gestão de lá, que não é necessariamente Thatcherista, mas faz uma *machine politics*
8 absolutamente demagógica. O professor Sarti tem razão em dizer que o Conselho Universitário
9 é uma instância legítima, mas pergunta por que, nos 33 anos de história da relação Cruesp-
10 Fórum das Seis, só a partir de 2018 os Conselhos Universitários de USP e Unicamp começaram
11 a deliberar a respeito. Se fosse essa a lógica, isso deveria ter acontecido nos 25 anos precedentes,
12 e não foi assim. Fica feliz que o professor Sarti tenha acolhido a inclusão do parágrafo
13 mencionando que isso não implica encerramento de negociações. Então, que incorporem isso
14 na resolução e assim se distanciem da intenção evidente há oito anos, que era usar os Conselhos
15 Universitários para encerrar precocemente as negociações. Estão falando de política e fica
16 satisfeito que possam discutir isso aqui, nesses tempos. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ
17 SERVATO diz que entende os posicionamentos do professor Sarti e concorda em partes. Faz
18 seu papel de representante e o professor faz o papel que está desempenhando. Sobre os auxílios,
19 participou da criação de todos, já que está nesta Casa desde 2003, e na sua visão a questão dos
20 auxílios e toda essa confusão é responsabilidade do Cruesp, porque o Cruesp não conversa entre
21 si, cada universidade implanta o que quer, depois vêm aqui para cobrar isonomia para todos e
22 está instalada essa discussão. Podem citar carreiras diferentes para docentes e servidores,
23 isonomia salarial sem padrão de implantação, as universidades fazem as implantações
24 individuais, o Cruesp não conversa. Deve ser feito um GT urgente na Universidade para estudar
25 os números de implantação da isonomia no médio prazo, o que acabará com todos os problemas.
26 A isonomia vai atingir os níveis médio, fundamental e superior, além dos aposentados. Quando
27 cada uma das universidades toma iniciativas próprias, sem consultar as demais, ocorre o que
28 está acontecendo aqui hoje. Quanto à lei 4.950/66, que envolve os engenheiros, lembra que até
29 os procuradores da Universidade terão seu piso salarial atendido. A Conselheira ELAINE
30 CRISTINA ATAÍDE diz que a área da Saúde possui o número maior de funcionários da
31 Universidade; acredita que a progressão Paepe está bem conceituada e as pessoas estão muito
32 contentes em relação a ela. Quando o professor Sarti demonstra os números, não há como negar
33 que houve gestões passadas com déficit e precisam cuidar para que não voltem a essa situação
34 na Universidade. A progressão de carreira docente acontece na passagem dos níveis, MS-3,
35 MS-5, MS-6, o docente é obrigado a fazer o seu Radep, mas não a visualizam da mesma forma
36 que a progressão Paepe. No Hospital, por exemplo, estão criando indicadores que vão pesar na
37 progressão de carreira do servidor Paepe, então pergunta por que também não podem fazer isso
38 para docentes. Há docentes que têm vários alunos de extensão, de pós-graduação, e tem
39 professores que não, portanto acha que eles poderiam receber mais reconhecimento em forma
40 de salário. Sabe que outras coisas estão envolvidas, como projetos que possuem recursos

1 alocados, mas muitos não têm. A realidade dentro da FCM, por exemplo, não é que
2 necessariamente isso ocorra, e muitos orientam alunos de iniciação científica, alunos de pós-
3 graduação, às vezes com verbas pequenas. Poderiam pensar, no futuro, se há recurso para que
4 possam contemplar principalmente os jovens pesquisadores e os jovens docentes, que é algo
5 que na FCM, por terem um volume maior, é muito difícil; abrem e fecham concurso e não
6 conseguem quem se inscreva, portanto acha que precisam pensar nisso. O Conselheiro
7 ADILTON DORIVAL LEITE diz que as pessoas deveriam ser mais cuidadosas com o conteúdo
8 que abordam, para não ficar criando ilusões aí fora. Todos aqui sabem que não é possível
9 estender os auxílios para os aposentados, porque a legislação externa à Universidade impede.
10 Quanto à progressão Paepe e à própria carreira, conhece muito bem os números e sabe a
11 diferença de uma progressão na horizontal e uma progressão na vertical. Participou dos GTs de
12 2018 e 2019 que estabeleceram essas questões, possui algumas discordâncias, mas concorda
13 que houve vários avanços ao longo dos últimos anos. Destaca que a regra para a progressão,
14 tanto na horizontal quanto na vertical, é da Administração Central, nenhuma unidade cria regra
15 própria. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que essa é uma
16 discussão bastante interessante, bastante complexa, e mostra como a Universidade é diversa
17 nos seus diferentes segmentos. São muito interessantes essas discussões todas, porém as
18 pessoas não podem se esquecer de olhar o aspecto institucional: é uma universidade só que tem
19 que administrar todas as situações. Como o professor Fernando Sarti já mencionou, estão
20 trabalhando na direção de fazer recuperação e estão atentos a todas as demandas no que se
21 refere à valorização das pessoas, mas junto com a valorização de salário existem demandas
22 como melhoria das salas de aula, reformas em prédios, programa de permanência, e todos os
23 recursos saem da mesma fonte. Portanto, vão avançando naquilo que é possível fazer, basta
24 olhar a quantidade de benefícios instituída nos últimos tempos, que representam hoje R\$3.750
25 para cada trabalhador da ativa. Precisam ter um pouco de cuidado com o que falam, porque
26 tudo está sendo feito na medida de valorizar as pessoas, dentro daquilo que cabe no orçamento.
27 Todas as demandas são absolutamente válidas e justas, mas precisam estabelecer quais são as
28 prioridades, e sinceramente não acha que tenham esquecido os funcionários, pelo contrário. A
29 briga do orçamento é um jogo que está montado em cima de estratégias de quem está no papel
30 de gestor e quem está no papel do demandador, e isso é absolutamente natural, faz parte do jogo
31 administrativo e do jogo democrático. Mas precisam pensar em até que ponto podem caminhar
32 para alguma coisa que seja consenso. É óbvio que é muito difícil isso, porque os interesses são
33 diversos, mas podem caminhar para algo em que todos se sintam mais ou menos contemplados.
34 O MAGNÍFICO REITOR diz que tem uma decisão, como alguém que já frequenta o Cruesp
35 há oito anos, que é preservá-lo. Ao preservar o Cruesp e as suas relações, estão também
36 preservando o Fórum das Seis, algo que já disse, inclusive, durante todo o processo de
37 campanha. Não é fácil, são três universidades muito grandes, com vidas próprias; muitos falam
38 em isonomia, mas o que possuem de isonômico mesmo, historicamente, é a carreira docente,
39 as outras relações não são isonômicas. É claro que buscam o que há de melhor em cada situação,
40 de cada uma delas, porque são referências. O que se buscou, neste momento, foi preservar o

1 poder salarial, preservar minimamente isso com o índice proposto. Ficaram quase uma hora
2 reunidos para tentar achar meio ponto além da inflação, e acharam meio ponto. Não foi fácil
3 convencer os técnicos e todos os componentes do Cruesp. Há momentos da história que
4 mostram que o Cruesp acertou e outros momentos em que os técnicos do Fórum acertaram,
5 portanto preservar isso é fundamental. Esteve na Funcamp, semana passada, na recepção a 52
6 jovens docentes, e ao final da sua fala recomendou fortemente que eles conheçam o sistema de
7 previdência Prevcom. Há docentes contratados em 2013, 2014, que não fizeram adesão à
8 previdência por desconhecer o processo. Observa que resolveram na Universidade uma questão
9 que era muito complexa e ainda é, que são regimes de trabalho diferentes entre docentes e
10 servidores, e todos sabem o que isso significou na história. A USP não tem nenhum servidor
11 estatutário, por isso as condições dela de folha de pagamento são diferentes das da Unicamp
12 neste momento. O estado de equilíbrio da USP é muito diferente do da Unicamp, e teme que
13 em algum momento, no Brasil, decidam por lei ou por algum outro movimento que escape do
14 controle da Universidade, passar a contratar docentes e servidores como celetistas. A lei permite
15 isso. Na USP não há servidores estatutários, na Unesp há. Portanto, as três universidades
16 possuem realidades diferentes, como o professor Fernando Sarti sempre chama a atenção. Os
17 técnicos seguirão em contato, sem a menor dúvida, e eles fazem esse trabalho muito bem, têm
18 muito boa sintonia, apesar das discordâncias. Agradece à professora Silvia e ao senhor José
19 Luis, que são os representantes da Unicamp no Fórum das Seis, pela qualidade da reunião que
20 tiveram. Foi uma discussão dura, mas foi qualificada dentro de princípios muito interessantes.
21 Sobre as progressões, ressalta que elas foram impactantes; são R\$120 milhões de investimentos
22 em três anos, o que não é pouco, e querem preservar isso até onde os limites orçamentários
23 permitirem. Falando um pouco sobre o que o professor André comentou, observa que são 34
24 anos de história do Cruesp, e quem começou com a questão de levar ao Conselho Universitário
25 a aprovação do reajuste foi a USP, em 2014, depois de um grande problema que ela viveu. Na
26 Unicamp, há uma aprovação deste Conselho Universitário, em 26 de novembro de 2017, de que
27 vários itens de despesas de caráter permanente, entre eles os reajustes salariais propostos pelo
28 Cruesp, passariam a ser submetidos à aprovação do Consu. Isso se tornou cultura da
29 Universidade muito mais por uma questão de natureza formal que o Conselho Universitário
30 decidiu. É fato que, antes de 2014, 2015, o Cruesp fazia mesas de reunião um pouco diferentes
31 das atuais, e foi o que tentou preservar com a segunda reunião, o que não foi fácil, mas foi
32 importante. Por fim, afirma que todos os papéis são relevantes e isso vai ser sempre respeitado.
33 Não havendo mais observações, submete à votação o reajuste salarial de 5,51% proposto pelo
34 Cruesp, a ser aplicado a partir de 1º de maio de 2025, que é aprovado com 63 votos favoráveis,
35 01 contrário e 01 abstenção. Em seguida, submete à votação a inclusão do parágrafo sugerido
36 pelo senhor José Luis, que estabelece que “a aprovação do índice não é impeditiva de eventual
37 ampliação do índice e/ou benefícios ainda no corrente ano”, que é aprovada por unanimidade.
38 Passa ao item 02 – Proc. nº 01-P-10278/2023 –, que trata de proposta de Deliberação Consu
39 que altera o *caput* do artigo 2º da Deliberação Consu-A-06/23, que institui o benefício do Vale-
40 Refeição, reajustando o valor unitário para R\$43 (quarenta e três reais) a partir de 1º de junho

de 2025. Observa que aprovaram, em 25 de abril de 2023, a instituição do benefício do vale-refeição para os servidores ativos, cuja deliberação define, no parágrafo 4º do artigo 2º, que “O Conselho Universitário determinará, por ocasião da aprovação da proposta orçamentária de cada ano, os recursos que serão destinados ao benefício do vale-refeição”. Portanto, estão respeitando fielmente aquilo que o Conselho Universitário definiu. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz, voltando à previsão de arrecadação de R\$181,8 bilhões feita pela Secretaria da Fazenda do Estado e com a qual trabalham, que os sindicatos propuseram 17,5% este ano em uma parcela só, até porque a USP tem eleição para Reitor no ano que vem. A USP, em 2015 e 2016, depois da gestão do professor Rodas, teve déficit de R\$1 bilhão em 2015 e R\$1 bilhão em 2016, e a USP introduziu essa discussão no seu Conselho Universitário de uma forma traumática, trazendo para dentro da universidade a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é utilizada para ente federado, que é estado, município e Distrito Federal. A USP, ao trazer a Lei de Responsabilidade Fiscal para dentro dela, nos parâmetros financeiros aprovados, introduziu que o reitor não pode conceder índice de reajuste ou reajuste de carreira no último ano de mandato, que é o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, trouxeram os 17,5% em uma parcela única, por conta dessa alteração que a USP fez, que ela agora enxerga que é traumática, porque não consegue gastar em razão do limitador de 85% de teto da folha. Com isso, a USP tem guardado cerca de R\$1 bilhão em caixa por ano. Pensa que devem procurar o consenso do Fórum das Seis com o Cruesp, pois os 5,51% não atendem à expectativa que tinham, nem dos técnicos, de crescimento da arrecadação, que é 8% a menor. E isso faz com que não acabe. Ontem mesmo ficou sabendo que um docente da USP ligou para o atual presidente da Adusp para colocar na pauta o abono. Então, eles têm espaço no orçamento, como fizeram com o VA, que reajustaram após a reunião do Cruesp. É possível a mesa terminar de negociar, como foi possível em 2023, que terminou com acordo do Fórum das Seis com o Cruesp. Estava em 7,5% de reajuste, houve uma interrupção da reunião, o professor Carlotti não aceitava os 10,51%, os professores Antonio José e Pasqual insistiram, e então o técnico aceitou e fecharam um acordo. Essa é a questão que coloca sempre, a necessidade de buscar um acordo, porque o Fórum não ia esticar a corda para chegar acima de 8%. Acha que faltou um pouco de habilidade aos reitores, não sabe qual a perspectiva de cada um em cada universidade, mas a Reitora da Unesp falou de mais uma referência para funcionários, que lá atinge os aposentados também. Já concederam quatro nos últimos dois anos, o que representa mais de R\$300 milhões, e ela tem perspectiva de dar mais coisa. Portanto, isso não acaba, porque se tem a perspectiva de ter abono lá, vão colocar isso na pauta específica aqui. No ano passado, a projeção do Fórum das Seis para a arrecadação era de R\$160 bilhões, a dos técnicos era R\$156 milhões, e ela fechou em R\$164 milhões. Aqui na Unicamp entraram R\$200 milhões a mais, fizeram a jornada de luta no fim do ano e a Reitoria negociou, não quis pagar o abono, mas colocou no vale-alimentação e no auxílio-saúde. Se a Reitoria não concede no reajuste, vão buscar em algum outro lugar; e vai acontecer agora, porque se a USP pagar o abono, a Unicamp e a Unesp também vão demandar. O final da negociação é importante, faltava muito pouco, e havia recursos para isso, tanto que já no dia seguinte a Unesp enviou *e-mail* informando do

1 aumento do vale-alimentação para R\$2 mil, sem o sindicato pedir. O coordenador da Adunesp
2 é presidente da COP, e ele nem sabia; reajustaram sem o presidente da COP saber, de R\$1.503
3 para R\$2 mil. Um pequeno reajuste levaria a um acordo e resolveria a questão da negociação.
4 Isso vai continuar na USP, pois é final de mandato e a Reitoria de lá tem que conceder algumas
5 coisas até 30 de junho, depois não pode mais. E vai refletir nas outras, como refletiu aqui no
6 final do ano passado o vale-alimentação e o auxílio-saúde, então é importante essa discussão
7 da negociação para tentar afinar entre os reitores e também chegar em um consenso na hora de
8 fechar o índice. Porque a arrecadação, mesmo que ocorra o pior cenário, tem espaço para
9 ampliar e para pagar um abono de R\$10 mil aqui, que vai estar na pauta específica. O
10 Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que recebeu dos funcionários o seguinte texto:
11 “Artigo 3º. Fica estendido aos aposentados em cargo efetivo do Tribunal de Contas do Estado
12 de São Paulo o Auxílio-Saúde, nas mesmas condições e valores pagos aos ativos, sem quaisquer
13 efeitos retroativos”. Esse parágrafo vai na contramão do que escutou aqui hoje, e observa ainda
14 que ou o auxílio-alimentação, ou o vale-refeição a Prefeitura de Campinas já paga há muito
15 tempo aos aposentados, e pode servir de exemplo para estudarem na Unicamp que isso seja
16 estendido aos aposentados daqui. É favorável aos 8% de reajuste, conforme está sendo
17 solicitado pelos sindicatos, e acredita que a Reitoria será sábia, juntamente com o Cruesp;
18 podem marcar reuniões futuras e trazer essas datas para a CAD e Cepe da semana que vem, se
19 isso for possível. Quanto à questão do abono, ano passado, assim que a Assembleia do STU foi
20 chamada para discutir o assunto, enviou via Sigad um documento para o Reitor da época,
21 solicitando um estudo para que o abono fosse implantado. Pergunta se nas reuniões recentes foi
22 discutido abono salarial, tanto por parte dos docentes quanto dos servidores, porque foi um item
23 bem discutido durante o processo de consulta à Reitoria. Obtendo resposta negativa do senhor
24 Reitor, solicita a criação, nos próximos dias, de um GT, já visando o final do ano, porque a
25 pressão será enorme em cima dos representantes de servidores para que a Unicamp providencie
26 um abono. Então, para não ter surpresas no final do ano, por exemplo com a Unesp concedendo
27 R\$2 mil, a USP R\$10 mil, sugere um meio-termo a ser estudado para não estourar lá na frente.
28 O Conselheiro FERNANDO SARTI lembra que tanto o VA quanto o VR são contratos dentro
29 da Universidade, operados pelo GGBS e acompanhados por toda a comunidade. Esse contrato
30 está vencendo, já que a vigência é de 12 meses, e por isso está sendo reajustado. Lamenta que
31 esteja coincidindo com a data-base, e se preferirem podem pensar agora em um reajuste para
32 15 meses, para não mais ocorrer essa coincidência. Estão seguindo rigorosamente o padrão, e
33 como o senhor Reitor colocou, provisionam os recursos dentro da programação e fazem reajuste
34 na data devida, que é exatamente maio. O Conselheiro HIGOR CAMPOS DO NASCIMENTO
35 diz que o valor do VR na USP é maior que o da Unicamp, eles ganham R\$45 por dia e o
36 desconto em folha é de 1%. Pergunta se a Unicamp não poderia ter um desconto menor na folha
37 para equilibrar e atingir, pelo menos, essa isonomia no VR com a USP. O Conselheiro
38 FERNANDO SARTI pergunta se a sugestão é que retirem o recurso da Educorp e da DEdIC,
39 já que os 5% da contribuição dos servidores são direcionados para esses órgãos, portanto é um
40 recursos que volta para os servidores e para os filhos dos servidores. Essa foi uma longa

1 discussão que ocorreu no Conselho Universitário e foi uma aprovação do Conselho. Sugere que
2 o conselheiro Higor faça uma proposta e traga para o Consu. Não havendo mais observações,
3 o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa
4 ao item 01 da Ordem do Dia – Proc. nº 09-P-43322/2024 –, que trata de proposta de concessão
5 do Título de Professor Emérito, nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp,
6 apresentada pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas ao
7 Professor Doutor Robert Wayne Andrew Slenes. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que
8 é uma grande alegria apresentar ao Conselho Universitário a candidatura do professor Robert
9 Slenes ao Título de Professor Emérito da Unicamp. Começa agradecendo aos professores
10 Lucilene Reginaldo e Ricardo Pirola pelo minucioso parecer submetido à congregação do IFCH
11 e às colegas que compuseram a comissão de especialistas, professoras Leda Gitahy, Hebe
12 Mattos e Lilia Schwarcz, por endossar esse parecer de maneira tão entusiástica. Aqueles que
13 têm o privilégio de conviver com o professor Slenes são unânimes em ressaltar a sua erudição
14 e sua generosidade intelectual como algumas de suas muitas qualidades, destacando que Bob,
15 como é conhecido entre eles, está sempre pronto a indicar referências bibliográficas,
16 compartilhar fontes, documentos e a sugerir novas perspectivas de pesquisa a seus
17 interlocutores, geralmente acompanhado por uma célebre mala de couro marrom. Formado nos
18 Estados Unidos, antes de ingressar no Departamento de História da Unicamp em 1983, Slenes
19 foi professor da Universidade Federal Fluminense, tendo contribuído para a formação de
20 gerações de docentes e pesquisadores nas áreas de História do Brasil e da África que hoje atuam
21 em diversas instituições de prestígio em todo o país. Integrante da primeira geração de docentes
22 do curso de História da Unicamp e de seu programa de pós-graduação, que teve início em 1976,
23 após a sua aposentadoria, no ano de 2013, Bob continuou vinculado como colaborador do
24 programa, participando de bancas de defesa e orientando alunos com a mesma dedicação com
25 a qual iniciou a sua carreira. Slenes ajudou a formar o primeiro grupo de alunos especialistas
26 em História Africana no programa de pós-graduação da Unicamp, desempenhando um papel
27 central na criação e na consolidação da linha de pesquisa sobre História da África e para a
28 institucionalização da disciplina nas universidades brasileiras. Em colaboração com outros
29 colegas, fundou o Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do IFCH, que se destaca
30 como um dos principais núcleos de pesquisa dedicado ao estudo de trabalhadores livres e
31 escravizados no país. A obra do professor Slenes é amplamente reconhecida como uma das
32 principais referências no campo da história social da escravidão, figurando na lista de leituras
33 obrigatórias em cursos de graduação e pós-graduação e contribuindo decisivamente para o
34 prestígio alcançado pelo Departamento de História da Unicamp, tanto no Brasil quanto
35 internacionalmente. As suas pesquisas são marcadas pela abertura constante a outros campos
36 de conhecimento, entre os quais a demografia, a antropologia, a sociologia, os estudos da
37 linguagem e a matemática. Como diz o título de sua aula inaugural proferida este ano para o
38 curso de História, a História é a disciplina em que as humanidades e as ciências se encontram.
39 Sua abordagem inovadora e a virada que promoveu na compreensão da escravidão no mundo
40 atlântico remontam a sua tese de doutorado, defendida em Stanford, quando desafiou a viagem

da escravidão no mundo atlântico, quando desafiou a visão até então predominante na historiografia da década de 1970, que negava a possibilidade de existência de famílias escravas dentro das senzalas. Por meio de um rigoroso levantamento de dados realizado em cartórios do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, a partir de inventários, testamentos e listas de matrículas de pessoas escravizadas anexadas aos inventários dos senhores, demonstrou não apenas a existência de grupos familiares no cativeiro, mas também sua permanência ao longo do tempo. Além disso, seu trabalho levantou dados inéditos sobre o tráfico interno de cativos, taxas de natalidade, mortalidade e alforria no Brasil, promovendo um fértil diálogo entre demografia e história. A originalidade dos métodos de pesquisa por ele desenvolvidos constitui outro aspecto a ser mencionado, métodos esses replicados por diversos pesquisadores interessados na história de grupos subalternos e em compreender esses grupos como sujeitos da história. O recurso a uma variedade de fontes, sobretudo cartoriais, literárias e iconográficas, o cruzamento de abordagens quanti e qualitativas, possibilitaram-lhe produzir interpretações originais e um grande impacto sobre estudos da escravidão e da diáspora africana. Como destaca o parecer, os estudos sobre o tráfico atlântico e as rotas do comércio no continente africano foram fundamentais para o autor compor uma visão sobre a origem dos cativos trazidos ao Brasil no oitocentos. Os trabalhos de Slenes apresentam uma verdadeira aula de métodos sobre como reconectar as duas margens do Atlântico e avançar na produção de uma história social de africanos e seus descendentes no século XIX. O livro “Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX”, originalmente publicado em 1999 e reeditado pela Editora da Unicamp em 2001, é fruto dessa longa trajetória de pesquisa sobre a experiência, a cultura, a linguagem, as práticas e as tradições das pessoas escravizadas. Nele, a família surge como fonte de afeto, identidade e solidariedade entre os escravizados, além de fonte de resistência e de subversão. A Editora da Unicamp também publicou, em 2016, o livro “Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes”, organizado por quatro de seus ex-orientandos, entre os quais um docente já aposentado do Departamento de História e ex-diretor associado do IFCH. Esses aspectos e outros mencionados no parecer fazem com que o título que hoje propomos seja o coroamento de uma trajetória de relevantes contribuições para a Universidade. Sua concessão, se o Conselho Universitário assim aprovar, será uma honra para o IFCH e certamente distinguirá ainda mais a Unicamp. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ parabeniza os colegas do curso de História, professora Lucilene e professor Ricardo, pela montagem e pelo encaminhamento da proposta, também a comissão que a avaliou e aprovou, assim como a congregação do Instituto. A Unicamp tem uma marca muito forte nos estudos sobre a história social da escravidão no Brasil e internacionalmente, e o professor Robert Slenes é parte fundamental disso, como a professora Andréia acabou de demonstrar. Prova disso é que um dos docentes do Cecult, que a professora Andréia citou, que foi fundado pelo professor Robert Slenes, o professor Sidney Chalhoub, que já se aposentou aqui, é hoje professor na Universidade de Harvard. Poderia citar outros nomes, como a professora Silvia Lara, a própria professora Lucilene Reginaldo, o professor Ricardo Pirola, gerações que têm se dedicado à

1 história social da escravidão aqui na Unicamp. Esse é um tema da maior atualidade, pensando
2 nas políticas de ações afirmativas que temos promovido aqui, pensando na inclusão de
3 estudantes negros na Universidade, em função dessas políticas, pensando inclusive no passado
4 deste terreno onde estão localizados, que foi um dia parte das fazendas do Barão Geraldo de
5 Proença, que dá nome a este bairro, onde centenas de trabalhadores escravizados foram
6 brutalmente explorados. E é impressionante pensar que, nas duríssimas condições do cativeiro,
7 a família pudesse florescer como célula de resistência. A pesquisa do professor Robert Slenes
8 teve o mérito de demonstrar isso há quase cinquenta anos, então é um justíssimo
9 reconhecimento à sua obra, ao IFCH, ao departamento e ao programa de História do Instituto.
10 O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO SANTOS COELHO cumprimenta o IFCH por esse
11 reconhecimento; considera extremamente importante que as unidades reconheçam a grande
12 participação das pessoas que chegaram um pouco antes e fizeram o que a Universidade é hoje.
13 Particularmente, o caso do professor Slenes é ainda mais importante, porque, de maneira geral,
14 sempre viveram um apagamento das histórias das pessoas escravizadas no Brasil. É muito
15 importante o trabalho de pesquisadores que conseguem organizar e localizar a ideia da família,
16 pois dentro da enorme violência em que se vivia na época, família era uma coisa que se
17 precisava destruir, porque, a partir daí, as pessoas não criam laços, elas ficam vagando. Então,
18 cumprimenta efusivamente o IFCH e toda a sua comunidade por esta proposta de título
19 honorífico. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO parabeniza o IFCH e aproveita para
20 perguntar se há algum posicionamento sobre a invasão que houve no Instituto pelo pessoal do
21 MBL, que foi um absurdo. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO agradece o conselheiro
22 Cláudio pela solidariedade e diz que já se manifestaram aqui no Consu sobre esse ponto, em
23 uma outra ocasião. Tomaram várias iniciativas com o apoio da Reitoria anterior, inclusive
24 iniciativas no campo jurídico, com uma queixa-crime contra o vereador que os agrediu. Esteve
25 junto com o professor Coelho em uma sessão na Câmara Municipal de Campinas e também
26 tomaram algumas iniciativas registrando boletins de ocorrência na delegacia próxima ao
27 *campus*. Estão aguardando o desfecho desse processo, mas novamente agradece o apoio de
28 todos os diretores de unidades, da Reitoria anterior, e tem certeza de que a atual Reitoria
29 também continuará lhes dando suporte nesse processo. Como já disse aqui na reunião anterior,
30 de 1º de abril, esse não foi um fato isolado; ocorreram eventos da mesma natureza em outras
31 universidades, Brasil afora, inclusive duas ocorrências na USP na semana passada e semana
32 retrasada. Portanto, a coisa continua e precisam sempre estar alertas e na resistência para poder
33 reagir a esse tipo de ação absurda e inaceitável. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO
34 REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade, através de votação
35 nominal, obedecendo a exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício, conforme lista
36 anexa. Passa ao item 02 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-13090/2022 –, que trata de proposta
37 de deliberação Consu que altera o artigo 27 dos Estatutos e os artigos 41 e 44 do Regimento
38 Geral da Unicamp. Passa a palavra à professora Mônica, Pró-Reitora de Graduação. A
39 Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que essa necessidade advém, basicamente, de
40 uma adequação dos Estatutos e Regimento à dinâmica dos currículos dos cursos que hoje

compõem o catálogo de graduação. Foi um trabalho realizado na gestão do professor Ivan, pela equipe da CCG, com o professor Thiago Alegre à frente, e realmente revisou tudo o que estava inadequado, porque as coisas vão mudando e não necessariamente os documentos acompanham. Essa alteração é muito simples, ela está ligada à questão de que os currículos e programas hoje compõem o catálogo, que é competência dada à CCG pela Cepe, e não mais fazem parte do projeto pedagógico que é ligado à Cepe, como está no documento atualmente. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 61 votos favoráveis e 02 abstenções, através de votação nominal, obedecendo a exigência de 2/3 dos votos dos membros em exercício, conforme lista anexa. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-P-26543/2023 –, que trata da proposta de deliberação Consu que altera a Deliberação Consu-A-21/2020, que dispõe sobre a política de ingresso no exame de seleção dos colégios técnicos da Unicamp, para inclusão de cotas para Pessoas com Deficiência (PCD), resultado do relatório final do GT instituído pela Portaria GR-64/23. Destaque do professor Francisco Rodrigues. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz que tem uma dúvida no artigo 5º, parágrafo 3º, que a seu ver é ambíguo: “O número de provas de redação corrigidas para os candidatos PCDs será de 4 (quatro) vezes o total do número de vagas oferecidas no curso”. Acredita que se refira às vagas oferecidas para os candidatos PCD, mas dá a impressão que pode ser o total de vagas do curso, então sugere uma redação que deixe claro o que se espera nesse parágrafo. Por exemplo, no Cotuca e o Cotil oferecem cursos de 40 vagas, e para PCDs vai ser de zero a duas vagas, até 5%, que corresponde a duas vagas. Nesse caso, seriam corrigidas oito redações. Sugere que se coloque “4 (quatro) vezes o total do número de vagas PCDs oferecidas no curso”, para ficar claro se é essa realmente a intenção. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO esclarece que é a mesma regra que possuem para os candidatos inscritos, para limitar o número de correções de redação. Talvez, para facilitar, e concordando com a sugestão, possam apenas substituir “vagas oferecidas” por “vagas reservadas”, porque o parágrafo anterior já menciona PCDs. Continuarão a corrigir 160 provas, no caso dos cursos, sendo oito delas de pessoas com deficiência. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que a orientação da Procuradoria Geral é colocar “reservadas no curso, inclusive os empatados na última posição”. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que apoia a demanda; aproveita para mencionar que a proposta de redução de jornada para trabalhadores responsáveis por pessoas com deficiência está na PG desde 12 de maio, e pergunta como está o andamento. Outra situação se refere à rua atrás da FEF, que vai para a Cidade Universitária, cujo espaço está deplorável; há um cadeirante que passa por lá todos os dias e vê a dificuldade que ele tem para chegar à Unicamp. Acredita que o local não faça parte do espaço da Universidade, mas gostaria que a Prefeitura Universitária interviesse na solicitação de reforma daquele espaço, porque está horrível, e os alunos da Universidade estão sendo prejudicados. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, conforme a sugestão do professor Francisco Rodrigues e da doutora Ângela: “Artigo 5º. Parágrafo 3º. O número de provas de redação corrigidas para os candidatos PCD será de 4 (quatro) vezes o total do número de vagas reservadas no curso, incluindo os empatados

na última colocação”, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 06 – Proc. nº 01-P-4290/2019 –, que trata da proposta de deliberação Consu que altera a Deliberação Consu-A-07/2019, que cria o Programa de Bolsas de Extensão. Destaque da conselheira Ana Carneiro. A Conselheira ANA MARIA ALVES CARNEIRO DA SILVA diz que quando se deparam com esta proposta de mudança na deliberação do programa de bolsas de extensão, que apoiam totalmente e do qual não tinham tanto conhecimento, verificam que, apesar de a Carreira de Pesquisador desenvolver vários tipos de atividades de extensão universitária, infelizmente não é possível hoje, pelo que está previsto nos Estatutos, no Regimento e em várias outras deliberações, o pesquisador coordenar cursos de extensão. Mas desenvolvem outras atividades que fazem parte da definição de extensão, e isso não estava explícito na deliberação de bolsas de extensão. Fizeram uma proposta, encaminharam previamente para a Secretaria Geral, solicitando a inclusão dos pesquisadores da Carreira PQ em várias partes da deliberação. Nos considerandos: “a) reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de dispensável na formação do estudante, na qualificação do professor [substituir por “servidores da Universidade”] e no intercâmbio com a sociedade”; b) estimular a vivência social, política e profissional dos docentes [incluir “pesquisadores”], discentes e servidores técnico-administrativos da Universidade. No artigo 2º, também seria a inclusão do pesquisador Pq, já que hoje o texto só menciona docente, apesar de já mencionar os centros e núcleos. E no parágrafo 4º do artigo 2º, “Após o registro da Atividade, o docente [incluir “ou o pesquisador Pq”] responsável deverá submeter a solicitação de Bolsas de Extensão à ProEEC”, e segue conforme o texto atual. E por fim, no artigo 8º, inciso II, “ser coordenado por docente [acrescentar “ou pesquisador Pq”] em efetivo exercício na instituição”. A Conselheira SYLVIA HELENA FUREGATTI agradece à conselheira Ana Maria pelos comentários e sugestões e diz que estão completamente abertos a propor e efetivar as sugestões que estão sendo colocadas. A inclusão dos pesquisadores é algo muito importante e bastante desejado nessa política da extensão. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que essa é uma demanda já bem cristalizada, e agora vão trabalhar no sentido de alterar os Estatutos da Universidade para poder incluir todas as atividades que os pesquisadores possam fazer. É preciso fazer uma revisão ampla, porque há algumas coisas nos Estatutos da Universidade que não consideram pesquisadores. Quando estava como pró-reitor, tentou fazer todos os movimentos no sentido de mudar os Estatutos; naquele momento, foi apontado que estavam fazendo uma modificação na Carreira de Pesquisador, e nela era possível que ele pudesse fazer extensão, como está na nova carreira. Mas o que aconteceu foi que mudou na carreira, mas não mudou nos Estatutos, então agora vão ter que trabalhar para mudar os Estatutos. É um compromisso de campanha fazer essas alterações para poder considerar o pesquisador, que é um grande participante das atividades de extensão, mas sempre fica com uma atividade meio paralela, e precisam corrigir isso. A ideia é trabalhar mais rapidamente para fazer as alterações de forma mais significativa, e para fazer isso vão trabalhar nos Estatutos, porque dessa forma há uma sequência de modificações em cada uma dessas resoluções para que o pesquisador possa organizar todas as atividades de forma

reconhecida pela Universidade. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 07 – Proc. nº 01-P-43886/2024 –, que trata da Primeira Revisão do Orçamento 2025, com Demonstrativo Receita/Despesa. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a Universidade conta com esse instrumento de revisões orçamentárias, não são muitas as alterações nesta primeira revisão, continuam trabalhando com a previsão que constou na LOA, de R\$181,8 bilhões, com todas as questões envolvendo o desempenho no primeiro quadrimestre, mas como não houve nenhuma sinalização por parte da Secretaria, entenderam que deveriam manter. Passa a palavra ao senhor Thiago, da Aeplan, para um maior detalhamento. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a primeira revisão orçamentária mostra o que foi efetivamente executado no primeiro trimestre e acertam algumas previsões até o restante do exercício. Considerando o primeiro trimestre, veem que o déficit apresentado na PDO sobe em torno de R\$51 milhões, chegando a um déficit projetado de R\$420 milhões, caso todas as despesas aprovadas para o exercício aconteçam. Caso ocorram todas as despesas, as previstas e as já aprovadas em anos anteriores, vão utilizar do saldo financeiro um valor de R\$756 milhões. Não há alteração de nenhum dado significativo, somente correções em alguns pontos que vai citar. A receita apresenta uma queda de R\$25 milhões, baseada principalmente na diferença da arrecadação de dezembro de 2024. No final do exercício de 2024, o Estado paga a Universidade financeiramente, com base na previsão que fizeram para o mês de dezembro. Essa previsão de dezembro não se realizou, então ocorreu um desconto no início de janeiro, de R\$31,5 milhões. No primeiro trimestre deste ano, perdem um pouco de arrecadação; para abril, o projetado é por volta de R\$14,3 bilhões, que conseguem arrecadar, mas pensando no que deveriam já ter arrecadado, isso apresenta uma redução de praticamente R\$1 bilhão na arrecadação do Estado. Portanto, dos R\$181,8 bilhões previstos na LOA para o exercício, já houve uma queda de R\$1 bilhão. Em maio, precisariam de uma arrecadação no Estado de acima de R\$15 bilhões, mas a previsão da Secretaria da Fazenda é de R\$14,6 bilhões, portanto já há mais uma redução na arrecadação total do exercício. Em valores reais, verificam que a proposta tem um forte crescimento frente a todos os anos anteriores, de 10,5% perante o ano anterior. Projetando PIB mais inflação, chegam a valores bem menores que esse; imaginaram que haveria muito a acontecer em relação às desonerações, mas até o momento não ocorreu nenhum sinal disso. Com o passar dos meses, vão ficando cada vez mais preocupados com a arrecadação, já que ela não sobe, o que cada vez mais dificulta a arrecadação de R\$181,8 bilhões no exercício. A receita própria da Universidade teve um crescimento somente nos rendimentos das aplicações financeiras, devido ao aumento da taxa de juros. Fazem esse acerto; houve redução de R\$31 milhões do ICMS e aumentam R\$6 milhões na receita própria, chegando a uma queda nas receitas de R\$24 milhões. A projeção de despesas é de cerca de R\$24 milhões acima do montante estimado; duas linhas contêm as principais movimentações, nas outras há uma realocação de despesas, como recurso que é transferido do custeio das unidades para contratos e reajustes previstos em contratos. No grupo de Pessoal, há um aumento de R\$48 milhões, porque houve um aumento nas contratações acima do planejado e um

1 acréscimo nas horas extras dos hospitais. Essas horas extras, mesmo com as novas contratações
2 no HC, não caíram como o esperado; estão tentando entender melhor o motivo, receberam um
3 parecer do HC, estão fazendo alguns questionamentos e provavelmente esse assunto voltará a
4 ser discutido na COP e no Consu. A redução no grupo de Projetos Especiais se explica porque
5 possuem uma linha chamada Reserva de Contingência da Universidade, cujos valores são para
6 pagamento de reajustes salariais e possíveis quedas de arrecadação do ICMS, e considerando a
7 queda do ICMS, essa linha diminuiu R\$31 milhões. Dessa forma, sobraram R\$94 milhões, que
8 tratam no item 01 da pauta suplementar, que é o que acabaram suplementando em mais R\$13
9 milhões para pagamento do reajuste salarial. Na segunda revisão, em Projetos Especiais vão
10 reduzir mais R\$94 milhões e serão acrescidos no grupo de Pessoal R\$107 milhões para reajuste
11 salarial. Ressalta que a receita baseada no ICMS vai ser R\$31 milhões menor com os dados
12 oficiais, com ajuste total de R\$25 milhões a menos, e as despesas sobem R\$24 milhões, o que
13 leva a um aumento do déficit inicialmente previsto em R\$369 milhões para R\$420 milhões. A
14 reserva financeira em final de abril é de R\$1,650 bilhões, ressaltando que esses não são recursos
15 livres; dentro deles já estão distribuídos os quatro itens aprovados no Conselho Universitário:
16 recursos para permanência estudantil, saldos não executados das unidades, duas folhas salariais
17 de reserva e todo o Plano Plurianual de Investimentos. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE
18 ATAÍDE diz que foram admitidos, graças à parceria com a DGRH, até janeiro, os 183
19 funcionários para o HC, então era de se imaginar que não haveria mais essas horas extras.
20 Observa que houve uma queda: os meses de janeiro a julho costumavam computar 34 mil horas
21 extras, mas em janeiro deste ano foram 21.146 mil horas extras e em abril 19.538 horas extras.
22 Não houve uma queda maior porque estavam contingenciando algumas licenças-prêmio, e
23 agora liberaram dez enfermeiros e 37 técnicos para usufruir de suas licenças. Além disso,
24 ocorreram também, desde o começo do ano, 57 saídas; sabem que o *turnover* desses
25 funcionários é muito grande, pois às vezes surge outra oportunidade fora e acabam indo.
26 Inclusive dentre esses 183 alguns já saíram, ao ver a complexidade do hospital em que eles
27 estavam sendo inseridos. As horas extras estão sendo reduzidas progressivamente e está tudo
28 documentado em uma pasta *online*, portanto estão totalmente abertos e transparentes para
29 mostrar qualquer número em relação a esse fator. E se, em algum momento, houver alguma
30 divergência da expectativa, iniciarão uma investigação melhor, mas, até agora, tudo diz que
31 está correndo dentro dos conformes. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE
32 CARVALHO diz que o assusta o déficit projetado de R\$420 milhões caso as despesas previstas
33 sejam executadas. No final do ano passado, houve uma melhora na arrecadação e conseguiram
34 suplantar o déficit previsto, mas pergunta se este ano existe essa previsão de melhora da
35 arrecadação e qual a estratégia para trabalhar com essa expectativa de déficit. O Conselheiro
36 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO parabeniza a Aeplan pelo relatório, diz que a doutora Elaine
37 mencionou as licenças-prêmios e observa que o preocupa na questão das licenças-prêmios a
38 questão dos funcionários não modulados. Solicita que observem essa questão, porque a própria
39 DGRH já os informou em uma reunião que quem tem licença-prêmio para tirar e não for
40 concedida é para entrar em contato com a DGRH, para os que não foram modulados, e haverá

1 uma conversa entre DGRH e diretores. Sabe que as dificuldades no HC são grandes, mas
2 precisam da prioridade para quem está como não modulado no momento. O Conselheiro
3 FERNANDO SARTI agradece ao professor Hernandes pela questão e à doutora Elaine pela
4 explicação sobre as horas extras. É importante que acompanhem essa questão, pois foi um
5 investimento significativo da Universidade e que não deve ser tratado só no plano financeiro,
6 pois tem um caráter humano também. Ninguém pode ser explorado em termos de horas extras
7 nesta Universidade, isso não faz sentido, e também precisam olhar para os órgãos de controle
8 sob todos os aspectos, que também os pressionam para que usem esse instrumento da forma
9 adequada. Respondendo ao professor Hernandes, diz que começaram 2024 com previsão de
10 déficit de R\$350 milhões, olhando para o que estava previsto em termos de arrecadação e o que
11 estava previsto em termos de despesas. No entanto, a previsão inicial de R\$154 bilhões não se
12 confirmou, ela fechou em R\$164 bilhões, R\$10 bilhões a mais, e com isso a Unicamp recebeu
13 quase R\$200 milhões, descontada alguma coisa da passagem de dezembro para janeiro. Uma
14 parte disso se explicou pelo aumento de receita e outra pela redução de despesas, principalmente
15 no caso das contratações, que demoraram mais do que imaginavam, e das compras, com a
16 dificuldade que tiveram de se adaptar à nova lei de licitações. Isso teve impacto em todas as
17 áreas da Universidade, inclusive na área da Saúde, onde muitas compras não foram realizadas
18 via orçamento, acabaram sendo realizadas via convênio. Isso também levou a uma redução da
19 despesa de quase R\$200 milhões, algo que não imaginavam, então o ano fechou em superávit.
20 Quando olham para 2025, começam a entender que isso tem que vir para uma normalidade, que
21 alguma dessas despesas que não foram necessariamente realizadas em 2024 serão em 2025. Se
22 houver um aumento de receita como estava previsto, certamente essas condições vão
23 melhorando, mas pode ser que não ocorra e esse retrato de hoje ainda seja um retrato otimista
24 em relação ao que possa vir a ocorrer. Foi para essas situações que a Universidade decidiu fazer
25 uma reserva de precaução, de uma forma bastante madura e consciente, para cobrir esse
26 eventual déficit no final do ano, que projetam hoje em cerca de R\$400 milhões, mas que pode
27 ser menor ou pode ser maior, dependendo do comportamento das receitas ao longo do ano e
28 também da capacidade ou não de a Universidade de realizar as despesas. Outro aspecto
29 importante é o saldo de exercícios anteriores, que ficam alocados no Grupo X, e que gostariam
30 que tivesse sido devidamente empenhado e executado. Quando isso não ocorre, deixam os
31 recursos aplicados, mas é de esperar que os R\$300 milhões do Grupo X sejam executados, se
32 não totalmente ao longo de 2025, pelo menos nos próximos anos. Para isso, inclusive, a
33 Universidade vem adotando alguns instrumentos, como os recentes contratos estabelecidos para
34 agilizar reformas e manutenções. Isso vai, certamente, ser financiado com o Grupo X, então
35 entende a preocupação, que é compartilhada pela PRDU e Aeplan e por todos, mas vão
36 atualizando esses dados nas revisões orçamentárias. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ
37 SERVATO diz que possuem ciência de que os servidores não modulados vão ter que voltar
38 para o regime CLT e isso vai gerar um prejuízo milionário para a Universidade, que calcula
39 entre R\$500 milhões a R\$1 bilhão. Pergunta se a Aeplan e a PRDU já estão fazendo estudos
40 sobre esses gastos e reposição de tudo que há necessidade, principalmente a questão da SPPrev,

que deve gerar alguma complicação. Também reforça a necessidade de se criar um GT para a isonomia salarial. O Conselheiro EMILSON PEREIRA LEITE diz que estava olhando a questão de projetos especiais e lembra na PDO existia uma previsão para atividades de campo de R\$1 milhão. Pergunta se continua essa previsão, e se vão poder usar pelo menos parte desse recurso este ano ainda. É de interesse de outras unidades também que têm as atividades de campo, principalmente na graduação. O Conselheiro FERNANDO SARTI responde que o senhor Thiago deve ter esses números em mãos, mas confirma que estão previstos, inclusive a demanda partiu de um GT do orçamento com cinco unidades que têm esses trabalhos de campo. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que esse processo deve voltar para a Aeplan esta semana; vão pegar o que o GT trabalhou, dividir esse recurso percentualmente na proposta do GT, que trouxe valores maiores do que esse. Vão liberar primeiro esse valor aprovado, depois, durante o ano, vão acompanhando, e se precisar de algum aporte podem trazer isso na segunda revisão orçamentária. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a primeira revisão do orçamento 2025, que é aprovada com 61 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 08 – Proc. nº 01-D-11220/2025 –, que trata da submissão de demandas ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI, no valor total de R\$93,237 milhões. Destaque da conselheira Verónica. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ agradece à doutora Elaine por esclarecer a questão das horas extras do HC, que foi uma dúvida que apresentou na COP, e acredita que em algum momento isso vai se ajustar. Destacou o item 08 para solicitar uma explicação sucinta quanto aos cinco tópicos que demandarão mais recursos. Já conversaram sobre isso na COP, mas acredita que é importante que as pessoas saibam. Trata-se da construção do prédio multiuso no *campus* 2 de Limeira, de cerca de R\$23 milhões; o projeto para o ginásio de esportes da FCA, de R\$13,1 milhões; a conclusão do Paviartes, de cerca de R\$11 milhões; adequações da infraestrutura da FCA, R\$11 milhões; e sistemas para geração de energia fotovoltaica, que são os maiores gastos. Notou na COP que há alguns casos em que a complexidade não é pouca para levar adiante as obras. Esta Casa precisa acompanhar, porque isso significa que constantemente precisam renovar esse compromisso, porque são obras já aprovadas pelo Consu. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que trataram isso na COP de uma forma mais técnica, mas é importante tratar aqui também. Começaram na COP essa discussão e depois trouxeram aqui para o Conselho Universitário o porquê de trazer o valor equivalente a uma folha, que estava no motivo de precaução, para dentro do PPI. Houve distribuição de recursos para licitação de várias obras, há cerca de três anos, e algumas, infelizmente, acabaram tendo, por motivos diferentes, interrupção. O prédio multiuso da FCA teve recursos destinados de R\$82 milhões, três anos atrás, a empresa abandonou a obra, a Unicamp teve que brigar na Justiça com a empresa sobre a indenização etc., e quando foram para uma nova rodada de licitação, o valor não era mais R\$82 milhões. Não podem licitar sem assegurar os recursos, então tomam referência dos valores em mercado, fazem o processo e precisam acrescentar. O mesmo vale para o Paviartes, que já está na quinta rodada de licitação, para o ginásio da FCA e para o sistema fotovoltaico da Universidade. Todas elas precisam de recursos adicionais para poderem ser novamente licitadas. Não havendo mais observações,

1 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, faz uma pausa para
2 o almoço. Reiniciando a Sessão, e nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para
3 ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Comissões Permanentes do Conselho
4 Universitário – Indicação de Membros – Artigo 11 do Regimento Interno do Consu – 02) Proc.
5 nº 01-P-4125/1987, da Comissão de Legislação e Normas – Indicação de membro para compor
6 a Comissão. Pró-Reitora: Profa. Dra. Sylvia Helena Furegatti – ProEEC. E – Relatórios
7 Semestrais das Câmaras do Consu – 06) Proc. nº 01-D-20395/2023 e 01-D-16024/2023 –
8 Relatórios Semestrais da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e da Câmara de
9 Administração (CAD), referentes ao período de 1º.10.24 a 31.03.25, de acordo com o inciso IX
10 do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento Interno do Consu. Informa que os itens 01,
11 03, 04 e 05 estão destacados pela Mesa: item 01 – Proc. nº 01-P-4124/1987, da Comissão de
12 Orçamento e Patrimônio –, que trata da Ciência da indicação de membros para compor a
13 Comissão, como segue – Presidente: Pró-Reitor: Prof. Dr. Fernando Sarti. Diretores: Área de
14 Ciências Exatas: Suplente: Prof. Dr. Emilson Pereira Leite – IG. Área de Ciências Biológicas:
15 Suplente: Claudio Saddy Rodrigues Coy – FCM. item 03 – Proc. nº 01-P-3969/1999, da
16 Comissão de Vagas Docentes –, que trata da indicação de membros da Representação dos
17 Diretores de Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão e dos Diretores dos Colégios Técnicos,
18 nos termos da Informação CVD-34/25, como segue: Colégios Técnicos: Titular: Prof. Dr. Luiz
19 Seabra Júnior (Cotuca) – Suplente: aguardando indicação. Área de Ciências Biomédicas:
20 Titular: Profa. Dra. Roberta Cunha Matheus Rodrigues (FEnf) e Suplente: Prof. Dr. Hernandes
21 Faustino de Carvalho. Área de Ciências Exatas: Titular: Profa. Dra. Roberta Cunha Matheus
22 Rodrigues (FEnf) e Suplente: Prof. Dr. Emilson Pereira Leite (IG). item 04 – Proc. nº 01-P-
23 3972/1999, da Comissão de Vagas Não Docentes –, que trata da indicação de membros para
24 compor a Comissão, como segue: Representantes dos Diretores de Unidades de Ensino,
25 Pesquisa e Extensão. Área de Ciências Exatas: Titular: Prof. Dr. Ricardo Miranda Martins –
26 Imecc e Suplente: Claudio Francisco Tormena – IQ. Área de Ciências da Engenharia: Titular:
27 Ariovaldo José da Silva – Feagri e Suplente: Paulo José Rocha de Albuquerque – FecFau. Área
28 da Saúde: Titular: Prof. Dr. João Renato Bennini Junior – Caism e Suplente: Profa. Dra. Elaine
29 Cristina de Ataíde – HC. item 05 – Proc. nº 01-P-9046/1987, da Comissão de Atividades
30 Interdisciplinares –, que trata da indicação de um Diretor de Unidade para compor a Comissão,
31 em substituição ao Prof. Dr. Petrilson Alan Pinheiro da Silva – IEL, cujo mandato se encerrou
32 em março/2025 – Ofício CAI/Consu-02/25. Representação Diretores de Unidades de Ensino,
33 Pesquisa e Extensão. Titular: Profa. Dra. Milena Pavan Serafim – FCA. Em seguida, passa a
34 palavra à senhora Lina, que fará uma apresentação no Expediente. A senhora LINA AMARAL
35 NAKATA pede licença para passar a palavra para o senhor Newton, que é o gerente de TI da
36 DGA. O senhor NEWTON DE ALMEIDA PRADO JUNIOR diz que vai falar rapidamente
37 sobre algumas soluções que estão sendo trabalhadas na divisão de TI da DGA para dar suporte
38 ao processo de compras, algumas automações que estão fazendo para a melhoria dos processos
39 de compras da Universidade. A primeira é um portal do solicitante; também estão trabalhando
40 na construção de alguns agentes de IA para dar suporte a esses processos e, por fim, a

1 conferência das prestações de contas de adiantamento com o uso de IA. O portal do solicitante
2 é uma solução em que estão trabalhando para unificar toda a interação dos solicitantes de
3 compras com o processo da DGA. A intenção é que, nesse local, consigam reunir tudo aquilo
4 que um solicitante precisa para poder solicitar as compras, poder disparar os processos para a
5 DGA. Então, além das soluções de *software*, também vão unificar nessa interface tudo aquilo
6 que for orientação, treinamento, normativas, onde as pessoas vão poder sanar dúvidas sobre o
7 processo e encontrar orientações necessárias. A primeira solução que vão disponibilizar,
8 esperam que ainda hoje, é a gestão do estudo técnico preliminar, uma plataforma com a IA
9 integrada, que estão associando à plataforma de IA da Detic. Ela vai permitir toda a interação
10 do solicitante na elaboração desse documento com a área de compras da DGA, utilizando a IA
11 para a gestão do estudo técnico preliminar. E, por fim, vão unir tudo aquilo que for orientação,
12 treinamento, normativas, para a elaboração do documento. O solicitante vai interagindo com a
13 plataforma e a IA consegue ajudá-lo nesse processo, escrevendo tecnicamente aquela solução,
14 ajudando-o na escrita, na elaboração do documento em si. Além disso, ela vai unificar toda a
15 interação ao permitir que o documento fique travado para correções em pontos específicos. O
16 que buscam eliminar aqui são aquelas idas e vindas do processo que acontecem entre unidades
17 e a área de compras da DGA. Uma vez que o processo está finalizado, só vai ser permitida
18 alteração em pontos específicos do documento. Essa solução também vai se integrar com todos
19 os outros sistemas da DGA, então, uma vez que se inicia a elaboração desse documento, já
20 amarram isso a uma solicitação de compra. O que esperam no futuro é que as solicitações de
21 compras, aquela interface em que as pessoas manifestam a demanda, só sejam necessárias para
22 casos em que não é preciso fazer a elaboração de documentos prévios. Uma vez finalizada essa
23 gestão do estudo técnico preliminar, vão seguir com os demais documentos da fase preliminar.
24 O termo de referência já está em desenvolvimento, assim como a gestão de mapa de risco, e ao
25 término do processo essas soluções todas estarão integradas. Com isso, amarram PCA, esses
26 módulos e a compra em si, buscando evitar que as pessoas tenham que trabalhar em mais
27 sistemas além desses. Também estão construindo alguns agentes de IA para suportar o processo
28 de compra; neste primeiro momento já existem alguns prontos, em testes, dentro da DGA, para
29 que consigam validar e disponibilizar. O que essas soluções permitem neste momento são
30 consultas ao *status* das compras, então a pessoa consegue interagir via *chat* do Gmail ou via
31 WhatsApp perguntando situações do processo de compra: em que etapa que está, qual o contato
32 do comprador responsável, quais as compras das unidades. Então, o que buscam é fornecer um
33 canal para que todos os interessados do processo consigam rapidamente encontrar informações
34 sobre as suas compras em andamento. Também conseguiram algumas integrações com o
35 governo federal e conseguem buscar base de preços, fazer outros tipos de consulta nas APIs
36 que o governo federal disponibiliza. Portanto, tanto o solicitante quanto o comprador
37 conseguem diversos elementos que suportam a elaboração dos processos, facilitam bastante a
38 busca. E há um potencial bastante grande nessas aplicações, são soluções que conseguiram fazer
39 de forma relativamente rápida, então conforme forem avançando nisso, vão disponibilizando
40 nesses canais. Por enquanto, nesses dois, mas havendo outros canais disponíveis, conseguem

1 explorar novas soluções. Para o processo de adiantamento, para este mês próximo, vão testar a
2 prestação de contas feita por adiantamento, então o controle. Essa é uma atividade feita dentro
3 da DGA, que reúne todas as compras feitas por adiantamento da Universidade, contendo todos
4 os documentos fiscais, planilhas e os extratos das contas. A intenção é que a IA faça essa
5 conferência de forma automática, gerando um relatório, o conferente simplesmente analisa
6 aquilo, dá o ok ou devolve para o credor de adiantamento aquela prestação de contas para
7 correção. A intenção é que o credor de adiantamento, nos meses futuros, quando for subir a
8 prestação de contas, só informe a nota fiscal e a IA já faça uma conferência com o extrato e
9 indique se há problemas ou não naquela prestação de contas. Desejam garantir que toda
10 prestação de contas que o solicitante faça seja conferida de imediato, e só siga para a DGA
11 aquilo que está adequado. Também é uma solução que, uma vez implantada, conseguem
12 replicar para diversos outros processos da DGA. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO
13 SANTOS COELHO parabeniza a DGA e diz que é isso mesmo o que buscam, incorporar
14 tecnologia aos processos. Pergunta se será possível fazer levantamentos constantes das compras
15 que fazem, para tentar realmente ter diagnósticos que mostrem onde estão os gargalos, onde
16 ocorreram dificuldades ao longo do tempo. O senhor NEWTON DE ALMEIDA PRADO
17 JUNIOR responde que sim; estão amarrando essa IA a um banco de dados da DGA e buscam
18 identificar exatamente esses pontos em que consigam verificar desvios que são eventualmente
19 lentos, que têm idas e vindas e que hoje atravancam o andamento do processo. A intenção, em
20 um primeiro momento, é tentar fornecer uma projeção de quando aquela compra será concluída.
21 Mas nada impede que identifiquem esses pontos e atuem com melhorias. O Conselheiro
22 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que a ideia de identificar esses pontos é mais
23 gerencial, no sentido de que quem está organizando e trabalhando em um processo consiga
24 saber exatamente onde estão os gargalos e quais *inputs* deve colocar no sistema para que esses
25 gargalos sejam resolvidos rapidamente. O senhor Newton falou sobre preenchimento de
26 compras; pergunta se existem mapas de compras que a DGA faz com itens que sejam
27 comprados mais constantemente, e a partir do momento em que há esses mapas, se existe a
28 possibilidade de que os documentos de entrada sejam automaticamente preenchidos. O senhor
29 NEWTON DE ALMEIDA PRADO JUNIOR responde que existe a possibilidade, claro que
30 com limitações, pois dependem de uma ação analítica humana para aquele ponto. Para tudo o
31 que é mais padronizado, como um termo de referência ou mesmo um edital, é bastante possível
32 que construam esse tipo de automação. Nos estudos preliminares, que envolvem análises de
33 soluções diferentes, a IA pode ajudar bastante, ao apontar caminhos, mas vai depender de a
34 pessoa produzir a análise. Porém, é bastante possível ter esse tipo de solução para apoiar o
35 processo. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que quanto maior
36 for a possibilidade de que ocorram as interações entre o usuário e o sistema, ao longo do tempo,
37 com o processo funcionando, o próprio sistema vai se alimentando de soluções que possam
38 fazer com que o trabalho seja cada vez mais fácil. Parabeniza a DGA pela iniciativa e diz que
39 vão acompanhar isso de perto, torcendo para dar tudo certo. O senhor Newton havia dito que
40 vai subir uma plataforma de IA hoje, então pergunta como as pessoas vão se integrar e como se

1 faz para ter homogeneidade em toda a parte de treinamento de qualificação das pessoas que vão
2 usar o sistema. O senhor NEWTON DE ALMEIDA PRADO JUNIOR responde que o que sobe
3 é uma plataforma para a elaboração de um desses documentos, e então haverá uma IA integrada
4 a ele. Buscaram reduzir aquela complexidade da elaboração de *prompts* com a plataforma, então
5 ela está bastante simples para que qualquer usuário dessa aplicação consiga fazer uso, inclusive
6 pedindo ajuda para a IA, de uma maneira bem simplificada, para que ela, com base naquele
7 objeto que está sendo comprado, vá sugerindo soluções para aquele trecho específico do
8 documento. Para o usuário não muda muito em relação àquelas atividades que ele vinha fazendo
9 em documentos Word, nos *templates* que são disponibilizados pela DGA e pela PG. O que
10 muda é que a IA facilita bastante a elaboração, porque a pessoa, descrevendo o objeto, consegue
11 pedir auxílio e ela escreve o texto para ele. Essa plataforma é aquela da Detic, que
12 disponibilizou uma API para a DGA, então ela está amarrada por trás dessa aplicação. O
13 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO pergunta se haverá momentos, por
14 parte do sistema, de análise das redundâncias e de adequação do texto escrito pela IA. O senhor
15 NEWTON DE ALMEIDA PRADO JUNIOR responde que aquilo está em tela, então tentaram
16 trazer para esse documento uma interação homem-máquina, porque esse documento é o que
17 demanda mais análise humana. A IA consegue auxiliar, mas não é um documento para ser um
18 padrão único, ele é um estudo. Buscaram facilitar o trabalho da pessoa na digitação, com a IA
19 sugerindo com base em documentos históricos, então vai haver uma facilidade para elaborar o
20 documento, mas a pessoa ainda vai ter que interagir com aquilo. Posteriormente, isso cai para
21 análise de uma pessoa da DGA, que vai fazer as demandas por correção, e todo o histórico de
22 interação entre essas pessoas fica registrado nessa plataforma. Dessa forma, conseguem ver a
23 evolução do documento e trazer essas discussões para construções futuras. O MAGNÍFICO
24 REITOR sugere que a DGA elabore um tutorial a ser divulgado pelas unidades e órgãos, porque
25 esse é um assunto que está em pauta há muito tempo e precisam ter bastante informação sobre
26 isso. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que fez reuniões com o pessoal da
27 DGA no HC para verificar essa questão de a IA poder ajudar. Na área da Saúde, essa ferramenta
28 está sendo usada já há algum tempo, mas ela ainda não coíbe o problema principal que possuem,
29 de um *delay* para as licitações. Portanto, ainda estão tendo que fazer muitas compras na
30 modalidade emergencial, por inelegibilidade é muito pouco. Agora só há 17 processos parados
31 na PG, pouquíssima coisa, mas há muito mais processos que não sabem ao certo onde estão
32 dentro da DGA. Talvez essa plataforma mostre onde estão e assim possam tentar alinhar os
33 processos. O Hospital está gastando a mais por fazer muitas compras emergenciais, sendo que
34 alguns produtos estão sendo comprados com até 80% de aumento em relação ao ano anterior.
35 Então, deixa registrado que em algum momento esse problema pode vir à tona no sentido de o
36 HC precisar de mais recursos. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos
37 inscritos no Expediente. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS
38 parabeniza a DGA pela inovação e diz que vai trazer à tona novamente o assunto dos
39 trabalhadores do grupo 1985-1988 que mudaram de regime. É um assunto que ainda está
40 circulando entre os servidores; são mais de 400 pessoas envolvidas, e é primordial que algumas

1 questões que chegam para a representação sejam explanadas pelos órgãos competentes. Uma
2 delas é a questão da licença-prêmio: para alguns ainda não está claro que eles têm que usufruir
3 da licença-prêmio, portanto solicita ajuda dos diretores para liberar esses servidores para
4 usufruir desse direito. Seria importante que a DGRH fizesse algum documento explicando isso,
5 porque muitos ainda têm dúvidas. Outra pergunta que lhe fizeram é sobre a questão do abono
6 permanência, que deixou de constar do holerite de algumas pessoas. No entanto, se eles ainda
7 são estatutários, o abono permanência deve continuar. Também pergunta se existe alguma
8 previsão de quando vão começar a fazer essas mudanças de regime, porque tem muita gente
9 ansiosa e já com problemas de saúde mental. O Conselheiro DANIEL DE SOUZA MARTINS
10 diz que recebeu duas solicitações de seus representados, que são os docentes nível MS-5, para
11 serem repassadas aqui no Conselho Universitário. Uma delas é de um colega da FCM, Luiz
12 Roberto Lopes. No *e-mail* que enviou aos representados relativo à última reunião do Consu,
13 comentou sobre a preocupação em relação à segurança jurídica dos docentes enquanto exercício
14 das atividades-fim, e esse professor da FCM lhe respondeu dizendo que esse é um tópico que
15 tem estado bastante em voga também na FCM. Ele escreve o seguinte: “Estamos discutindo no
16 conselho departamental, no Departamento de Cirurgia, em vista de alguns médicos das
17 especialidades que compõem o departamento terem pedido demissão. Isso porque foram alvos
18 de ações na Justiça e tiveram de arcar com todos os custos. Uma vez que o Hospital é da
19 Universidade, e nós profissionais de Saúde não escolhemos os pacientes que nos procuram, eles
20 foram encaminhados para a Instituição (...)”, e coloca uma série de coisas, afirmando que eles
21 tiveram que arcar com os custos jurídicos de eventuais processos que sofreram enquanto
22 estavam praticando suas atividades aqui na Universidade. Outro assunto foi trazido pelo
23 professor Alexandre Xavier Falcão, do IC, que escreveu o seguinte: “A ausência de um CNPJ
24 para as unidades da Unicamp faz com que decisões simples de apoio à pesquisa acabem
25 necessitando de assinaturas de um responsável pela Instituição, nesse caso, eventualmente, o
26 Reitor, e isso faz com que esses documentos tenham que tramitar por várias instâncias para se
27 chegar até o Reitor”. Ele acredita que um CNPJ para as diferentes unidades pudesse reduzir um
28 pouco a burocracia em termos de acelerar eventuais processos de pesquisa. Particularmente,
29 compactua com isso; teve, em duas ocasiões, processos de financiamento à pesquisa de órgãos
30 que não Fapesp, CNPq, um nacional e um internacional, e realmente acaba demorando um
31 pouco até que consigam ter tudo isso assinado, até que chegue à Reitoria. O Conselheiro
32 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que a Universidade vem passando por transformações nas
33 últimas décadas. Nessas transformações, não podem se esquecer dos servidores não modulados
34 que dedicaram suas vidas a esta Universidade, nas últimas quatro décadas. São servidores com
35 idade acima de 50 anos de idade, não são mais jovens para passar o que estão passando. Esses
36 445 servidores não modulados pelo STF estão se sentindo constrangidos, chateados,
37 preocupados, irritados e muitos estão ficando doentes. Esse processo é doloroso para ambas as
38 partes; a decisão do STF foi uma derrota individual e institucional. Aproveita para solicitar
39 auxílio ao Cecom para abrir um canal de apoio aos servidores que desejam atendimento, tanto
40 físico quanto mental. Faz parte deste grupo e garante que estão esgotados e abalados

1 emocionalmente. É necessário o apoio da atual gestão para procurar os órgãos competentes do
2 estado, STF, MP, TCE, e explicar a situação. Encaminhou *e-mail* à doutora Fernanda, que lhe
3 respondeu prontamente, e compartilhou com o grupo do WhatsApp que montaram para
4 acompanhar tudo o que está ocorrendo. Solicitam cópias das notificações formais de órgãos
5 competentes, STF, MP e TCE, que proibam a concessão de aposentadorias a servidores não
6 modulados. Pertencem ao regime Esunicamp até os trabalhos de retorno à CLT serem
7 concluídos, mas a DGRH é orientada pela PG e as aposentadorias estão sendo negadas, o que
8 acreditam que não está correto. As pessoas querem se aposentar e querem ser questionados
9 pelas instâncias cabíveis do Estado de São Paulo, principalmente TCE. A Universidade, na
10 visão desses servidores, não tem direito de negar os pedidos de aposentadoria, e exigem
11 respeito. Pergunta se há, por escrito, ordens expressas dos órgãos competentes proibindo esses
12 servidores de se aposentar; acreditam que não e que isso foi uma interpretação em cima do
13 resultado do STF. A Unicamp deveria conceder as aposentadorias e deixar o questionamento
14 para os órgãos competentes, como sempre ocorreu, ela não pode proibir as aposentadorias após
15 cumprir os requisitos tanto CLT quanto Esunicamp. Há funcionários nessa situação, e as
16 pessoas estão adoecendo. É preciso garantir transparência e legalidade nos procedimentos
17 administrativos. A dúvida quanto à SPPrev é grande, pelo fato de continuarem pagando e não
18 saber como será devolvido, além de outras questões. Acredita que o prejuízo à Universidade
19 será grande; pelos seus cálculos, R\$700 milhões ou mais. Existem canais de comunicação
20 abertos, mas boa parte dos interessados estão deixando claro que as respostas não chegam.
21 Outro assunto é quanto à situação dos servidores que se encontram no final do segmento
22 fundamental, médio e superior. Essas pessoas também querem participar dos processos de
23 progressão, portanto precisam rever a tabela. Sobre o índice de reajuste salarial, devem chegar
24 a 8% no início do segundo semestre, por isso solicita à COP que providencie um estudo para
25 aprovar o índice de 8%. Sobre a isonomia, diz que vai continuar em toda reunião lembrando da
26 importância de montarem um GT para estudar o assunto em médio e longo prazo. O Conselheiro
27 HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que voltará a se referir à crise do Instituto
28 de Biologia com a Fapesp. Agradece à Reitoria da Unicamp pelos movimentos realizados e diz
29 que estão muito esperançosos de que esses movimentos ressurgam em algum aspecto. Lembra
30 que foram as próprias pessoas de dentro do IB os denunciantes de uma situação que estava
31 acontecendo no Instituto ao longo de anos, e que tomaram as providências para que isso fosse
32 encaminhado tanto para as instituições envolvidas como para a delegacia de polícia. Como
33 diretor do Instituto, tem a crença convicta de que os docentes não estiveram envolvidos com o
34 desvio dos recursos, desvio esse reportado por eles próprios. Considera que esses docentes
35 foram vítimas das ações fraudulentas de uma funcionária que estava infiltrada no escritório de
36 apoio que o Instituto oferecia para os docentes. Observa que a transferência do cartão não era
37 um hábito exclusivamente dos docentes que estiveram relacionados com a servidora. Isso era
38 feito por todos os docentes que tinham projetos no IB e que se beneficiavam do apoio oferecido
39 pelo escritório. Isso também acontecia em outras unidades da própria Unicamp e em outras
40 instituições do Estado de São Paulo. Há de se apurar quais são as responsabilidades das

1 instituições envolvidas, mas vai deixar isso a quem for de dever. Vai continuar dizendo que os
2 docentes são inocentes no que diz respeito ao desvio de verbas da Fapesp. O Conselheiro
3 EMILSON PEREIRA LEITE diz que esta é sua primeira participação como membro titular do
4 Conselho Universitário e é uma satisfação muito grande. Espera poder contribuir de forma
5 bastante colaborativa e produtiva nos debates que acontecerão aqui e nas decisões que vão
6 tomar. Informa que esta semana estão ocorrendo na Unicamp dois eventos científicos
7 importantes na área de Geociências, particularmente na área de Geologia, o 18º Simpósio de
8 Geologia do Sudeste e o 19º Simpósio Nacional de Estudos Tectônicos, promovidos pela
9 Sociedade Brasileira de Geologia. As discussões promovidas nesses eventos não se limitam à
10 ciência básica da Geologia, mas ciência com impacto social, tratando de temas ligados a riscos
11 geológicos, recursos naturais, transição energética e sustentabilidade. Os eventos estão
12 acontecendo de forma unificada, reúnem pesquisadores e estudantes de várias regiões do Brasil
13 e estão acontecendo no IG e no Centro de Convenções da Unicamp. Quem tiver interesse em
14 conhecer o trabalho do pessoal que está sendo apresentado nesses eventos será muito bem-
15 vindo. Informa também que no dia 29 de maio, quando se comemora o Dia do Geógrafo, haverá
16 uma aula magna no IG com o professor Francisco Mendonça, que é uma referência nacional
17 nos estudos sobre clima e vulnerabilidade socioambiental. Ele é professor titular sênior da
18 Universidade Federal do Paraná e fundador do Laboratório de Climatologia da UFPR. A
19 palestra será às 19h, no Auditório Milton Santos, no IG, com o tema “Clima, Sociedade e o
20 Futuro: os desafios da Geografia frente à emergência climática”, e convida todos a comparecer.
21 A Conselheira KARINA GONZALES SILVÉRIO RUIZ faz um agradecimento à Deape, em
22 nome do professor Sávio Cavalcante, pela concessão dos recursos para a compra dos *kits*
23 odontológicos para os alunos carentes da FOP, algo fundamental para o bom andamento do
24 curso, e também pela disponibilização da assistente social que está em atendimento exclusivo
25 para os alunos na FOP. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ lembra
26 que estão no período de eleições para a representação docente, hoje e amanhã. Como parte do
27 grupo Unicamp em Movimento, agradece por ter tido a oportunidade de atuar nesses últimos
28 dois anos, participando da COP, da CAD, e reitera alguns princípios que acredita que devam
29 ser considerados pela representação docente, como a valorização salarial da categoria, o
30 trabalho docente, quem sabe o aumento da base salarial para beneficiar a todos, a melhoria das
31 condições de trabalho, a busca por ampliar a ideia de inclusão, sendo capaz de detectar os
32 diferentes estratos da sociedade e trazê-los para dentro na forma de docentes. Aproveita este
33 momento de renovação para elogiar o edital 14/2025, Mais Mulheres na Pesquisa, um dos tantos
34 que precisam ser lançados para alcançar estratos dos docentes da Unicamp, mas há muitos
35 outros. Lembra a todos que votem pelos ideais, pelos princípios. O Conselheiro SANDRO
36 DIAS expressa sua satisfação pela aprovação das cotas PCD também para os colégios. Além
37 disso, foram instituídas as bolsas de extensão ProEEC para os colégios técnicos, que são muito
38 importantes para eles. Agradece pela confiança no seu mandato como representante docente
39 nesse biênio 2023-2025, endossando as palavras da professora Verónica. Foram dois anos de
40 muito aprendizado, fica muito orgulhoso de tudo o que puderam aprovar nesta Casa e agradece

1 ao grupo Unicamp em Movimento, assim como a todos os componentes deste Conselho
2 Universitário. Aprende a cada dia, o que o fortalece muito na representação, e espera continuar
3 aqui. Lamentavelmente, precisa dar uma nota de profundo pesar pelo falecimento do professor
4 Dorival Donizeti Marchi, do Colégio Técnico de Limeira, neste mês. Dorival, como ele, era
5 professor de História e ocupou posições como a coordenação pedagógica e também a direção
6 de ensino no Colégio. O professor Dorival era querido por todos, amado por seus amigos e
7 alunos, e além de um excelente professor, também era um artista. Distribuía seus quadros entre
8 os amigos, familiares e também entre os alunos. Ele era um entusiasta do evento chamado Cotil
9 Arte, que todos conhecem, então, por iniciativa do então diretor geral do Cotil, o professor
10 Augusto César da Silveira, desde a edição de 2025, o evento passa a se chamar Cotil Arte
11 Professor Dorival Donizeti Marchi. Uma justíssima homenagem ao professor que mais
12 trabalhou pelo sucesso desse evento e que terá seu nome e sua lembrança rememorados a cada
13 nova edição. Tem certeza de que o Dori, como o chamavam, ficará bravo com eles, pois sempre
14 foi avesso a honrarias para si, mas compreenderá, pois isso representa tudo o que ele significa
15 para eles. Cultuava valores inegociáveis, como o apreço pela democracia, o anseio por uma
16 sociedade mais justa. Ele amava o Brasil, acreditava na potência da inclusão, no valor da
17 diversidade e na busca por equidade e dignidade. Pautava suas ações por tais valores e sempre
18 foi um exemplo da boa convivialidade e da cultura de paz. Respeitosamente agradecem ao
19 professor Dorival por tudo o que ele lhes ensinou, que é hoje o seu legado. Lamentavelmente,
20 no dia de hoje também comunica com profundo pesar o falecimento do professor Hélio Marcon,
21 já aposentado, também professor de História, a quem tanto ele quanto o professor Dorival
22 substituíram há quase 30 anos. O professor Hélio Marcon foi um excelente professor de História
23 e um erudito que muito os inspirou na atuação no Colégio. O Cotil rende a ambos suas
24 homenagens e os sentimentos às famílias e a todos os amigos. A Conselheira ANA MARIA
25 ALVES CARNEIRO DA SILVA diz que vai se manifestar em relação a um projeto de lei que
26 está tramitando na Alesp que extingue a atual carreira de pesquisador científico dos institutos
27 de pesquisa de São Paulo. A proposta tramita na Assembleia Legislativa em regime de urgência
28 para evitar debates nas comissões da Casa. Foi um projeto submetido pelo governador do
29 Estado de São Paulo; o texto cria uma nova carreira e acaba com o regime de tempo integral,
30 reduzindo o trabalho dos pesquisadores a 40 horas semanais. Lembra que se trata de uma
31 carreira que foi instituída em 1975 e os cientistas concursados atuam em 16 institutos públicos
32 de pesquisa nas áreas de meio ambiente, agricultura e saúde. Essa proposta em tramitação não
33 foi discutida com a categoria e ela também extingue a Comissão Permanente do Regime de
34 Tempo Integral, que é o órgão do Estado que tem o dever de gerir a carreira de pesquisador.
35 Essa comissão é formada por pesquisadores especialistas nas várias áreas, eleitos pelos próprios
36 pares, além de uma indicação do governador. Pelo projeto, uma nova comissão seria criada,
37 colocando fim à eleição dos integrantes, impondo apenas indicação política. Essa é só uma das
38 mudanças prejudiciais que estão previstas nesse projeto. Vêm passando aqui dentro da Unicamp
39 por uma reflexão sobre a carreira de pesquisador, as discussões sobre as carreiras são naturais,
40 desde que contando com a participação dos interessados, o que não está acontecendo nesse

1 caso. Trata-se de mais uma medida do Governador Tarcísio de Freitas no sentido de destruir
2 por dentro a capacidade de pesquisa do Estado de São Paulo. Não precisa aqui se alongar em
3 apresentar a importância dos impactos da pesquisa feita por institutos na sociedade paulista e
4 brasileira em suas várias áreas de atuação, como a saúde pública, o meio ambiente, agricultura,
5 zoonoses, controle de epidemias e o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, fazem coro a
6 entidades como SBPC, ABC, Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia
7 de São Paulo - SINTPQ, Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo -
8 APQC, solicitando a retirada do Projeto de Lei 09/2025 da pauta da Alesp e a abertura de um
9 processo de diálogo amplo, transparente e respeitoso com os pesquisadores, os sindicatos, as
10 instituições de pesquisa e as sociedades civis. Também aproveita para divulgar a moção da
11 APQC nesse sentido, que está disponível no *site* change.org, para que manifestem seu apoio. A
12 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que esta é sua última reunião no Conselho Universitário
13 como diretora. Agradece aos colegas pelo convívio, pelo companheirismo de todas as pessoas,
14 pela interlocução com a Reitoria que saiu e com a Reitoria que agora inicia seu mandato.
15 Agradece ao Consu pelo apoio a muitas pautas do IFCH; tiveram a possibilidade de aprovar
16 pautas importantes aqui, com relação à manutenção do Departamento de Demografia e na
17 última reunião a aprovação do curso noturno de História. O curso noturno de Filosofia ainda
18 não saiu, mas vão continuar batalhando; espera que a próxima direção consiga trazer de volta
19 essa discussão. Agradece muito também aqui publicamente ao professor Michel Nicolau, pois
20 não poderia ter tido melhor diretor associado; fizeram uma direção verdadeiramente
21 compartilhada. O exercício de cargo de gestão lhes dá uma visão da Universidade que
22 dificilmente possuem se não chegam a ocupar esses postos. E a direção é um desafio ainda
23 maior, visto que saem sentindo que falta aprender muito mais coisa do que apreenderam, mas
24 foi um aprendizado muito importante, muito significativo para ela. Embora esteja se
25 despedindo, não pode deixar de se manifestar sobre a questão do ponto eletrônico, cuja
26 implantação está preocupando a todos, inclusive desejam fazer uma nova reunião com a
27 Reitoria para discutir esse assunto. Reconhece todo o esforço feito pela gestão passada, pela
28 atual gestão, pela DGRH, para que isso ocorra da melhor forma possível. Há muitas dúvidas
29 ainda, não apenas por parte das pessoas que têm que registrar o ponto eletrônico, mas também
30 das pessoas que têm que controlar o ponto, pessoas em cargo de supervisão, de coordenação.
31 Tem recebido muitas reclamações de docentes, e vai aqui compartilhar uma delas: “Para quem
32 está na gestão, a parafernália inenarrável do ponto eletrônico tem jogado mais trabalho virtual
33 para depois do turno. Não há tutorial que dê conta dessa situação. Se eu checar todo dia e
34 aprender a lidar com todas as situações, usarei o tempo de orientação, de preparação de aulas,
35 de organização de projetos, de pesquisas, de gestão de políticas públicas para checar o ponto.
36 Se eu não checar e ajustar o sistema a cada ocorrência, quem será injustiçado é o funcionário.
37 Criamos algo que dificulta nosso trabalho e atividade-fim da Universidade, afinal? Sinto que o
38 esforço para nos adequarmos a um sistema repleto de exceções exige atuação humana diária na
39 verificação, interpretação, anotação, justificativa, e está longe de ser eficiente do ponto de vista
40 da programação das atividades-fim da Universidade. O tempo da gestão do sistema não foi

1 eficiente até o momento, pelo menos no meu caso. Fiz os cursos, li os manuais, assisti aos
2 vídeos, mas nada se compara a situações reais que o sistema notificou em dezenas de
3 ocorrências para mim na primeira semana. Passei parte do final de semana tentando, em vão,
4 resolver cada uma delas”. Em seguida, registra duas notas tristes: a primeira é pelo falecimento
5 inesperado do professor Márcio Damin, um colega do Departamento de Filosofia, especialista
6 em filosofia medieval e moderna, um falecimento que os abalou muito, pois ele era um
7 professor muito jovem, cheio de vida, muito querido por toda a comunidade. A segunda é a
8 consternação pelo falecimento da professora Lígia Osório, aposentada do Instituto de
9 Economia, mas que foi docente do IFCH entre 1974 e 1989, no Departamento de Sociologia,
10 uma pessoa também muito querida. Registra a homenagem e honra à memória desses colegas
11 que vão fazer muita falta. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI agradece ao senhor
12 Reitor por algo que é muito caro e sempre pautado pela representação discente: a paridade de
13 gênero na Reitoria. Estão muito contentes por ver essas maravilhosas mulheres que superam os
14 50% hoje nas pró-reitorias. O grupo de discentes da pós-graduação parabeniza a Faculdade de
15 Enfermagem, na pessoa de sua diretora, a professora Roberta, aqui presente, bem como a
16 professora doutora Débora de Souza Santos e sua equipe, pelo trabalho de excelência realizado
17 ao longo de 2025. Destacam com especial reconhecimento o curso Ubuntu, extremamente
18 importante para a comunidade da Unicamp, cuja abordagem tem promovido experiências
19 formativas marcantes, e também a disciplina EG156, Políticas e Práticas de Saúde com Foco
20 na Diversidade Étnico-Racial de Gênero e Orientação Sexual, conduzida com notável
21 sensibilidade, competência e compromisso com a formação crítica e cidadã. Faz um
22 agradecimento especial, em nome da professora Joana Fróes, que estava aqui presente de
23 manhã. Sua nora recentemente passou por uma cesariana e desde a primeira consulta até o
24 momento do parto da sua primeira neta, Cecília Luna, no início deste mês de maio, toda a equipe
25 médica demonstrou um cuidado excepcional, transmitindo segurança, carinho e competência
26 em cada etapa desse momento tão especial para sua família. Sua nora é jovem mas infelizmente
27 teve um AVC, que deixou algumas sequelas, por esse motivo a utilização do Caism, de forma
28 muito especial. Deixa um agradecimento especial também à psicóloga do Caism. Em seguida,
29 diz que agora em 2025 o querido coral da Unicamp, Zíper na Boca, celebra quatro décadas de
30 dedicação à música e à cultura, sob a direção da maestrina Vivian Nogueira Dias. O grupo
31 prepara um repertório especial em uma homenagem à data, com apresentações voltadas à
32 comunidade universitária, à cidade de Campinas e região. O ponto culminante será a
33 apresentação no Teatro Castro Mendes, em Campinas, e o encontro de corais da Unicamp na
34 cidade de Limeira, para o qual estão todos convidados. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO
35 ROMERA diz que vai falar em nome das pessoas pertencentes ao grupo 1985-1988 que
36 mudaram de regime e que não foram moduladas. É importante chamar uma reunião da Reitoria
37 com o sindicato e com a comissão, para deixar o pessoal mais tranquilo em relação à decisão
38 do Supremo, que modulou uma parte dos servidores e deixou mais de 400 sem a modulação.
39 Essas pessoas estão bastante apreensivas em relação à sua situação. A conselheira Giovanna
40 não pôde estar presente na reunião hoje, em virtude do falecimento do seu sogro, portanto vai

1 trazer a questão dos PCDs, que o conselheiro Cláudio Servato citou que está na PG. Solicita
2 uma atenção especial sobre essa questão dos PCDs, visto que há lei federal e estadual em relação
3 à jornada deles, tanto das pessoas que têm filhos com deficiência como também os deficientes
4 da Universidade, para haver essa flexibilização e o cumprimento dessas leis resolvidas da
5 melhor maneira possível. O secretário de estado da Secretaria da Pessoa com Deficiência esteve
6 na Unicamp, acha que existe uma parceria da Unicamp com a Secretaria, e seria importante ter
7 um programa que fosse de excelência e de fato atendesse a legislação e proporcionasse melhores
8 condições a esses servidores. Já que a Universidade está ampliando a inclusão, é importante
9 que ela seja referência em relação a isso, portanto é necessário ter uma atenção especial para
10 essa situação. No que se refere ao ponto eletrônico, já apresentaram a solução: a Instrução
11 Normativa 24 de 2023 do Governo Federal; basta começar um estudo, implementar e o
12 problema acaba. O que está ocorrendo é uma volta ao século XIX, e é inadmissível que a
13 Universidade tenha entrado nessa situação. O sindicato fez o possível para tentar impedir, foram
14 aos extremos, os trabalhadores fizeram greve, e esperam que superem essa fase, porque
15 inclusive as chefias estão sofrendo bastante, já que precisam anotar ocorrência por cada segundo
16 de atraso do funcionário. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES diz que estão na reta
17 final do projeto piloto do trabalho remoto. Até o próximo Consu o piloto acabaria, pela
18 deliberação inicial, e teria a apresentação do comitê de acompanhamento. Pela reunião que eles
19 fizeram com as pessoas e com as chefias, o resultado tem sido bem positivo, avaliado tanto
20 pelas chefias quanto pelas pessoas que estão no trabalho remoto. Agradece e parabeniza o
21 trabalho do comitê de acompanhamento e toda a DGRH, e aproveita para perguntar para a
22 DGRH quais são os próximos passos, tanto para as pessoas que estão no piloto quanto para
23 aquelas que estão aguardando a sua ampliação. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE
24 ALMEIDA HASHIMOTO diz que na última sexta-feira foi realizado mais um pregão da
25 reforma do Paviartes, com 53 propostas, e espera que alguma delas dê certo. Agradece muito a
26 DGA em nome da senhora Lina, também à DEA, em nome do professor Zigomar, que estava à
27 frente dela há até pouco tempo, por terem feito em tempo rápido essa segunda tentativa na nova
28 lei de licitações. Agradece também muito à Depi, em nome da senhora Talita, pelo apoio em
29 todos os processos de apoio para gerar esse segundo pregão. Estão acompanhando o processo,
30 com o apoio da Depi e DGA, mas é uma situação muito delicada. Na semana passada, houve
31 um episódio muito triste no Instituto de Artes: na segunda-feira, apareceu um escorpião em um
32 dos banheiros próximos da sala de aula das Artes Cênicas. Um servidor comunicou a área da
33 Universidade responsável, que é o Departamento de Limpeza Predial, que administra os
34 contratos de desinsetização, dedetização, que prontamente os atendeu, o prefeito Juliano
35 mandou a equipe dele até lá, a Depi também, ou seja, houve todo um apoio da Reitoria e
36 rapidamente viram o que era possível de ser feito. Fizeram uma dedetização e a diretora da DLP
37 fez uma palestra no Instituto informando e dando instruções de como proceder. Seguiram a
38 orientação técnica, mas infelizmente, no dia seguinte, mesmo seguindo todas as orientações
39 dadas, vários alunos sentiram alguns sintomas, dentre eles quatro tiveram que ser encaminhados
40 para o hospital, depois para o Cecom, onde foram atendidos, com sintomas variados, por

1 intoxicação pelo próprio veneno. É uma situação muito delicada para o Instituto, esse tema foi
2 levado para a congregação, fizeram várias reuniões, pois quando qualquer membro da
3 comunidade sofre algo desse tipo ficam preocupados. Teve uma reunião hoje pela manhã com
4 o senhor Reitor, também recebeu um relatório ontem do que talvez possa ser melhorado, no
5 sentido de tentar preservar um pouco, mas entendem que a solução, de fato, só vai se dar com
6 a reforma total do espaço, prevista para pelo menos dois anos ainda pela frente. Nesses dois
7 anos, vão ter que observar com muita atenção, e esperam continuar essa parceria com a Reitoria,
8 para promover o conforto mínimo para os estudantes. Apesar de os espaços terem sido
9 melhorados, nesse último ano, especialmente, com muito investimento, ainda há esse problema
10 da precariedade de haver uma obra e vários entulhos do lado de uma sala de aula. Esperam que,
11 com esse relatório que foi fornecido pela Prefeitura, da DLP, possam melhorar um pouco as
12 instalações do Instituto. O Conselheiro HIGOR CAMPOS DO NASCIMENTO diz que a
13 Reitoria deu uma sinalização importante e concreta do compromisso com a equidade de gênero
14 na escolha da bancada das pró-reitorias, majoritariamente feminina. Vai trazer algumas pautas
15 urgentes da comunidade Paepe: uma delas é o problema com os ônibus fretados, que ainda
16 permanece. Existem linhas cujo ponto inicial começa às 6 horas, o que faz com que os
17 funcionários permaneçam mais de duas horas e meia dentro do ônibus, ferindo a legislação que
18 estipula o limite máximo de uma hora e meia. É fundamental resolver essa situação, pois ela
19 está afetando diretamente a saúde e qualidade de vida dos funcionários. Outro assunto, já
20 comentado pelo senhor José Luis, é o controle do ponto eletrônico, que está preocupando
21 principalmente os pais e responsáveis por crianças com deficiência. O artigo 110 do Esunicamp
22 prevê o direito de até seis horas semanais para acompanhamento e tratamento de terapias, sem
23 exigência dos atestados médicos. No entanto, diversas chefias vêm solicitando esse documento
24 e registrando o afastamento como licença-saúde, o que é incorreto e pode prejudicar a vida
25 funcional dos trabalhadores. Além disso, os próprios funcionários com deficiência não são
26 contemplados por esse artigo 110. Como o senhor José Luis citou, já existe uma decisão do
27 STF que garante a redução de jornada para esses servidores, mas ela ainda não foi implementada
28 na Unicamp. Portanto, solicita uma atenção especial para esse público de 489 funcionários
29 responsáveis por pessoas com deficiência, que estão apreensivos com as incertezas geradas pela
30 adoção do ponto eletrônico. Solicita à nova gestão um diálogo sobre essas demandas,
31 lembrando que a escuta e o cuidado com os trabalhadores são fundamentais para que possam
32 construir juntos uma Universidade mais justa e inclusiva. O Conselheiro HUGO ENRIQUE
33 HERNANDEZ FIGUEROA diz que fará a leitura de um texto elaborado a partir das discussões
34 de avaliação de curso na Feec: “Prezados membros do Conselho Universitário, Reitor,
35 Coordenador Geral e Pró-Reitores: Há exatamente uma semana, alunos e professores do curso
36 de Engenharia Elétrica se reuniram para a avaliação semestral do nosso curso de graduação.
37 Nossa pauta foi preparada conjuntamente, sendo que o tema mais relevante e que ocupou a
38 maior parte dos nossos debates foram as regras para os estágios. Os estágios são essencialmente
39 uma atividade acadêmica em que os alunos têm a oportunidade de aplicar as competências
40 desenvolvidas ao longo do curso em um ambiente real de trabalho. Nos últimos anos, no

entanto, os estágios têm ganhado importância como meio de permanência estudantil. Muitos estudantes relatam situações em que o estágio se colocou como alternativa relevante para sua continuidade no curso, ainda que isso implique a redução do tempo disponível para os estudos. A demanda por estágios com CPs cada vez mais baixos tornou-se uma questão cotidiana na comissão de graduação. Os relatos dos alunos são, por vezes, impressionantes, mas não cabe aqui reproduzi-los. A Universidade decidiu implementar uma política de cotas como resultado das lutas dos estudantes, e a primeira turma dessa nova fase ingressou na Unicamp em 2019. Essa decisão mudou a cara do corpo discente e tornou nossa Universidade mais popular. Em seguida, veio a pandemia e tivemos que adaptar as atividades para o formato remoto por um período. Superado esse momento difícil, o problema da permanência retornou com ainda mais força, especialmente devido às mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes. Os estudantes enfrentam esse desafio como podem. A Universidade oferece um bom número de bolsas e oportunidades que contribuem para mitigar o problema, mas temos observado que essas iniciativas ainda são insuficientes. Por essa razão, trazemos esta questão ao Conselho Universitário, reivindicando o aumento de recursos destinados à permanência estudantil, como uma decisão política necessária para enfrentar o problema de forma efetiva. O valor e a quantidade das bolsas de permanência precisam se adequar à realidade. É preciso quantificar essa demanda em termos sociais e financeiros, bem como reavaliar nossas ações. Uma vez implementadas, essas iniciativas devem ser continuamente avaliadas e, se necessário, o assunto deve voltar para a mesa de decisão até que todos os estudantes possam se dedicar plenamente aos seus cursos de graduação sem a constante preocupação com a própria sobrevivência e a de suas famílias. Esta carta foi produzida por uma comissão constituída em nossa avaliação de curso e faz parte dos compromissos assumidos conjuntamente por nossa comunidade acadêmica para a melhoria do curso de Engenharia Elétrica da Unicamp”. A Conselheira ROBERTA CUNHA MATHEUS RODRIGUES informa que foi realizada no dia 16 de maio a 86ª Semana de Enfermagem e no dia 18 a 7ª Caminhada de Enfermagem, eventos comemorativos do Dia Internacional da Enfermagem, que reuniu um público considerável de profissionais da área da enfermagem e de gestores. Em seguida, comunica que o curso de Especialização em Estomatoterapia oferecido pela Faculdade de Enfermagem na modalidade extensão foi creditado pelo Conselho Internacional de Estomatoterapia. Fizeram um evento comemorativo no dia 23 de maio, no qual esteve presente a presidente da Sociedade Brasileira de Estomatoterapia e uma representante do Conselho Internacional, World Council of Enterostomal Therapists – WCET, e nessa ocasião foi comunicado o início das tratativas para o oferecimento do curso na modalidade *lato sensu*. É um curso importante para a FEnf, sendo que os egressos desse curso se encontram na gestão de times de estomatoterapia no HC, Caism, Gastrocentro, PUC e em demais serviços da Região Metropolitana de Campinas. Então, acredita que tenha sido uma importante conquista para a Faculdade de Enfermagem. Agradece à Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura pelo apoio ao desenvolvimento desses eventos que marcaram a Semana Internacional de Enfermagem. Agradece também as palavras elogiosas da representação discente de pós-graduação aos cursos e disciplinas oferecidos pela FEnf. A Conselheira

ELAINE DOS SANTOS JOSÉ diz que teve participação este mês em uma homenagem aos enfermeiros pelo Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo. Este mês é o mês da enfermagem, dia 12 é o dia do enfermeiro, dia 20 é o dia do técnico de enfermagem, e teve a honra de poder participar desse evento e ver que a Unicamp, de forma geral, estava representada lá. Foram quatro enfermeiros do HC que participaram dessa homenagem e foram prestigiados no evento. Além do Caism, havia profissionais do Cotuca e do Cotil dentre os 25 enfermeiros que foram chamados para o evento, e arrisca dizer que 90% passou por especialização, passou pela graduação, inclusive encontrou alunos que passaram como estagiários com ela na retaguarda de cirurgia do trauma. Foi um evento bem diferente, bem inusitado, porque está com quase 30 anos de carreira aqui, então para ela foi um privilégio viver isso, ser homenageada e ver como a Unicamp está presente, como pessoas de diversos lugares do país procuram aprimoramento aqui. Ressalta o papel da Unicamp neste momento, que é importante, depois da pandemia e de todo esse cenário que vivem em relação à saúde pública. O Conselheiro REGINALDO ALVES DO NASCIMENTO parabeniza a professora Andréia pela gestão; é servidor do IFCH e conviveu com ela por quatro anos na direção. Acredita que, em uma avaliação geral da categoria no IFCH, ela sempre foi vista como uma diretora muito respeitosa, muito democrática, aberta. Certamente é uma direção que vai fazer falta para os servidores do IFCH e também para os servidores da Universidade, pois em diversos momentos em que suas pautas foram colocadas a direção do IFCH se pôs em diálogo com os servidores e defendeu posições junto a eles. Então, é muito importante que os servidores reconheçam essa participação e esse diálogo que a direção do IFCH se propôs e se propõe a fazer, e espera que a próxima direção também continue nesse sentido. Outro assunto que iria abordar já foi contemplado por boa parte dos colegas, inclusive pela professora Andréia, que falou sobre a questão do ponto eletrônico, e fará uma junção de dois pontos aqui que foram citados pelos colegas: a questão do ponto eletrônico junto com a questão das pessoas com deficiência, com os familiares que possuem filhos ou parentes que possuem deficiência e estão, neste momento, se sentindo à deriva. Houve muitas manifestações aqui hoje porque muitas pessoas têm procurado a representação dos servidores com incertezas de como vão ser as suas vidas daqui para frente com a implementação do ponto. Como o conselheiro Cláudio Servato já citou, está na Procuradoria Geral uma normativa de regulamentação da jornada de trabalho dos familiares com pessoas com deficiência e das pessoas com deficiência. Com a implementação do ponto, isso cria uma situação no mínimo de ansiedade dentro da categoria, porque é um direito das pessoas garantido por lei, como já foi dito aqui pelos conselheiros Higor e José Luis, e que é importante ser regulamentado em breve dentro da Universidade. Ter o parecer da Procuradoria Geral o quanto antes em relação a essa regulamentação é importante para o bom funcionamento da Universidade. Há pelo menos 489 pessoas que teriam esse direito dentro da Universidade, isso sem falar de pessoas com deficiência em si, só de pessoas que possuem familiares com deficiência. Sobre a questão do ponto eletrônico, foi um dos chefes a falar com a professora Andréia sobre os problemas que notam, não só enquanto servidores, porque hoje mesmo seu chefe vai ter que justificar, já que teve atraso de três minutos na marcação do ponto, então ele

1 vai ter que atuar no sistema por causa dos três minutos de atraso. O seu exemplo é bem curioso
2 do que significa a implementação do ponto, das incertezas que isso gera e a necessidade de
3 pensar ajustes. É um servidor CLT que trabalha no período noturno, hoje veio trabalhar às 9h e
4 vai ter que ficar até as 23h para bater o ponto. Então isso já gera uma série de problemas, porque
5 por lei não pode ficar em uma jornada de 12, 14 horas na Universidade. Esse é o tipo de
6 problema com que começam a se deparar, porque o sistema mostra que um funcionário ficou
7 12 horas na Universidade, mas a Instituição solicitou, necessitou que aquela pessoa ficasse ali.
8 Isso gera um problema do ponto de vista do controle, do banco de horas, de como isso se
9 regulamenta, e cria uma situação de muita incerteza. Esse é o momento que vivem dentro da
10 Universidade, e por isso gera tanta preocupação. A categoria é contrária ao ponto eletrônico,
11 pelos diversos motivos que já colocaram, mas neste momento precisam de mais clareza de como
12 vai funcionar esse processo, porque ele tem sido muito truncado. Uma questão mais técnica,
13 sobre os tutoriais divulgados pela DGRH: receberam algumas reclamações de funcionários com
14 deficiência que estão com dificuldade de conseguir acompanhar os vídeos, porque eles não
15 possuem audiodescrição adequada. Isso coloca uma necessidade de repensar em diversos
16 procedimentos, inclusive tutoriais, a forma como divulgam as informações, porque não está
17 sendo possível, por parte da categoria, acessar essa informação de maneira adequada. O senhor
18 JULIANO HENRIQUE DAVOLI FINELLI diz que a questão de controle de pragas da
19 Universidade estava sob a gestão da DGA até o final do ano passado, e após um GT constituído
20 para avaliar diversos serviços que estavam necessitando de uma reavaliação por parte da
21 Universidade, de qual seria o melhor encaminhamento ou o órgão que melhor administraria
22 esses serviços, esse GT apontou que a Prefeitura Universitária poderia ser a melhor opção para
23 fazer a gestão desses contratos. Um deles foi o controle de pragas, o outro foi limpeza predial
24 e boa parte também do sistema de transporte da Universidade foi migrado para a Prefeitura.
25 Essa migração vem ocorrendo gradativamente, e acredita que até o mês de junho todos esses
26 serviços estarão transferidos para a Prefeitura, que originou também uma nova certificação da
27 própria Prefeitura para dar conta desse serviço. Passaram a certificação pela PRDU, pela CGU
28 e pela CAD e iniciaram as contratações para montar as equipes para dar conta desses novos
29 serviços. Conseguiram montar a equipe do controle de pragas no final do ano passado,
30 desenvolver o ETP e UTR de uma nova contratação que vai atender a Universidade para os
31 próximos anos. Nesse interregno, fizeram uma contratação pontual para cobrir as necessidades
32 emergenciais da Universidade, com um contrato que se iniciou em janeiro, e conseguiram
33 atender boa parte da Universidade elaborando um controle de pragas mais eficiente em todas
34 as áreas. Acha que muitos diretores receberam o contato da senhora Karine Trindade, que é a
35 diretora da DLP, no sentido de realizar esse controle de mais eficiência em quadras por inteiro
36 dentro da Universidade, não só em locais pontuais, porque atuam em grandes locais para que
37 esses insetos ou outro tipo de praga não migrem para outro ambiente. Realizaram um controle
38 geral da Universidade em janeiro e em alguns locais houve necessidade de um reforço desse
39 controle. Um deles foi a DGRH, o outro a DEdIC e por último o IA, no Paviartes. Quando o
40 professor Hashimoto e sua CTU procuraram a Prefeitura na segunda-feira, imediatamente

acionaram a empresa e ela esteve na terça-feira refazendo todo o serviço que ela tinha feito naquele local. A empresa também foi acionada para fazer um relatório mais detalhado do ambiente onde estava aplicando os produtos e também da sua circunvizinhança. Esse relatório ficou pronto ontem, encaminharam para o IA, e ele aponta algumas necessidades em que a Prefeitura também pode ajudar para mitigar esse processo de aparecimento de escorpiões não só no IA, mas também em toda a Universidade. As questões técnicas foram passadas para o IA, há uma empresa contratada com responsabilidade técnica, ela passa todas as orientações para a equipe da Prefeitura, que repassa aos órgãos. Acha que estão avançando nesse processo e esperam construir uma equipe mais eficiente dentro da Prefeitura e também contratar uma empresa de maior porte que lhes dê uma garantia maior de todo o serviço que a Universidade precisa. O contrato vigente se encerra em junho, era um contrato pontual, e esperam licitar em breve, com a ajuda da DGA, da PG e dos órgãos parceiros o mais rápido possível um novo contrato para que a Universidade esteja preservada em todos os seus ambientes de controle de pragas de modo geral. Em seguida, respondendo ao conselheiro Higor, diz que a Prefeitura está atuando na implantação do novo modelo de fretados desde janeiro. Houve algumas intercorrências, que já teve a oportunidade de explicar em reuniões anteriores deste Conselho e também de outras câmaras, e conseguiram em grande parte sanar os problemas mais agudos que apareceram na implantação. Hoje estão trabalhando de forma bem pontual para resolver as questões que estão aparecendo, de forma que possam também melhorar o sistema dia a dia. Solicita ao conselheiro Higor que encaminhe a demanda específica à Prefeitura; a senhora Gabriela Barros é supervisora da área de fiscalização, está fazendo um excelente trabalho, indo até os usuários para ver qual é a necessidade. Recentemente ela esteve na fiscalização a partir das 6 horas da manhã, no início de algumas linhas, acompanhando todas as atividades. Há diversos tipos de situações, e vai aproveitar para relatar uma situação que muito os atinge como seres humanos: a Prefeitura trouxe algumas premissas para esse contrato de raio de caminhabilidade e tempo de duração de viagem, são premissas, não são questões legais ou regras, as quais constam na Deliberação Consu-A-028/2022. O raio de caminhabilidade, para maior conforto e segurança para os usuários, foi estabelecido em até 500 metros do ponto até a residência do servidor, e o tempo de duração, quando possível, de 1 hora e 30 minutos de percurso. Em algumas situações, o trajeto é complexo, e houve a criação de diversas novas linhas que atendem a algumas cidades da região metropolitana. Também ampliaram o atendimento, acolhendo mais de 800 novos usuários que estavam fora do sistema. Isso impactou muito em todas as linhas, e dia a dia a Unitransp recebe novos pedidos de adesão em todo o sistema. Estão com mais de três mil usuários que aderiram ao sistema de transporte, tanto pela política que adotaram na gestão anterior de subsidiar ainda mais o transporte fretado e diminuir o custo para os usuários, como também pela qualidade e conforto que possuem neste novo contrato. Uma situação que explica um pouco a complexidade do serviço: a linha de Amparo, que atende Jaguariúna, Pedreira e Amparo, sofreu uma mudança, com a premissa de 500 metros de raio de caminhabilidade, e dessa forma o ônibus precisou aumentar o seu tempo de trajeto, para deixar as pessoas mais perto da sua residência. A sugestão que deram para os usuários que

1 ficaram desconfortáveis por tempo maior dentro do ônibus foi que se reunissem e
2 apresentassem à Prefeitura uma proposta de menos paradas. Eles fizeram um acordo entre eles
3 e apresentaram a proposta de três paradas apenas: uma em Jaguariúna, uma em Pedreira e uma
4 em Amparo, e com isso o tempo de percurso diminuiu. Se atenderem às duas premissas ao
5 mesmo tempo, raio de caminhabilidade e tempo de percurso, uma das premissas vai ficar
6 comprometida. A mesma questão ocorreu com a linha de Mogi Mirim, que atendia ao raio de
7 caminhabilidade, mas quando estenderam até Mogi Guaçu ela teve o percurso aumentado e com
8 isso os usuários passaram a ficar mais tempo dentro do ônibus. Eles se reuniram e solicitaram
9 só duas paradas, uma na rodoviária de Mogi Mirim e uma na rodoviária de Mogi Guaçu. A
10 Prefeitura atendeu e o tempo de percurso do carro diminuiu, então são situações específicas nas
11 quais estão trabalhando constantemente junto aos usuários. Esperam a cada dia melhorar o
12 atendimento; é evidente que há situações que serão possíveis ser atendidas e outras que terão
13 um atendimento mais difíceis de acontecer, mas sugere que o servidor que tiver alguma
14 demanda procure a área de fiscalização, onde a senhora Gabriela está à disposição e fazendo
15 um bom trabalho, dando uma devolutiva para todas as demandas que estão aparecendo. A
16 senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA diz que, em relação à mudança de regime
17 aos não modulados, a DGRH está fazendo um estudo de toda a situação, que todos sabem que
18 é bem complexa. Há uma proposta que vão tratar com a PG na próxima quinta-feira. Com
19 relação ao atendimento dessas pessoas, a DGRH tem feito atendimento presencial, por *e-mail*
20 e por telefone para dar as informações possíveis. Estão orientando que enquanto a pessoa está
21 no regime ela pode tirar a licença-prêmio; desde que ela se organize e converse com a sua
22 unidade, faça uma programação, ela pode tirar a licença-prêmio, ela pode usufruir, conforme
23 até orientado pela PG, de todos os benefícios que o regime em que ela está dá direito, até o
24 momento de se efetivar a mudança para o regime CLT. Após a reunião com a Procuradoria
25 Geral, certamente terão mais elementos para trazer. Com relação às questões que foram
26 colocadas sobre o ponto eletrônico, informa que a DGRH está fazendo a produção assistida e
27 tem tratado uma série de situações que hoje acontecem na Universidade, algumas relativas ao
28 ponto, outras não relativas ao ponto mas relativas ao modo de gestão de determinados locais.
29 Têm feito várias reuniões com as unidades, com quem os procura, fazendo esclarecimentos,
30 tanto via *e-mail* como via plantão, um trabalho intenso com uma equipe enorme dedicada a esse
31 assunto, a fim de cumprir tudo o que lhes foi solicitado. Todos sabem que é uma situação
32 também complexa, porque existe um *modus operandi* na Universidade e agora precisam partir
33 para a informatização. Precisam entender como cada local da Universidade funciona, mas estão
34 abertos e acompanhando todas as situações. Anotou a sugestão feita pelo conselheiro Reginaldo
35 com relação aos tutoriais, vão verificar isso. É importante que os servidores que tiverem
36 dificuldades procurem o RH da sua unidade; a DGRH tem trabalhado fortemente com os RHs
37 no sentido de que eles tenham todas as orientações para poder atuar diretamente nas ações ou
38 nas dificuldades que cada servidor tenha e reporte à DGRH, para que ela possa atuar da melhor
39 maneira possível. Sobre a situação dos PCDs, a DGRH já fez um estudo a respeito, até com
40 ampliação do artigo 110 do Esunicamp, olharam o decreto e trocaram ideias com a Procuradoria

1 Geral. No momento, a redação de uma deliberação está sendo analisada pela PG e acredita que
2 em breve será colocada para apreciação da CAD. Com relação ao trabalho híbrido, respondendo
3 ao conselheiro Bruno, informa que estão no final do piloto, o resultado até então tem sido bem
4 positivo e a proposta do comitê é solicitar ao Gabinete do Reitor prorrogar por um período o
5 piloto, até que uma deliberação proposta por eles passe pela CAD. A Doutora FERNANDA
6 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que a PG está com uma programação de reunião
7 demandada pela DGRH para a apresentação da análise feita para a simulação da mudança de
8 regime. Quanto à aposentadoria, esclarece que respondeu a um *e-mail* do conselheiro Cláudio
9 Servato explicando que, embora não haja expressamente essa proibição, ela decorre
10 necessariamente do julgamento do Supremo, que confirmou a decisão do Tribunal de Justiça
11 de São Paulo que havia reconhecido a inconstitucionalidade da mudança de regime, e isso tem
12 efeito retroativo, desde o momento da mudança. Se fazem agora um ato, depois dessa decisão,
13 promovem uma aposentadoria com base em um regime que não foi entendido pelo Judiciário
14 como adequado, vão incorrer em descumprimento de decisão judicial. E não só o servidor fica
15 sujeito a um questionamento, até porque o ato de aposentadoria é um ato administrativo
16 complexo, ele só se torna efetivo após o julgamento e registro pelo Tribunal de Contas. Dessa
17 forma, estariam colocando o servidor em uma situação delicada, e o gestor que vai promover
18 esse ato está descumprindo a ordem judicial, por isso não há como fazer isso. Como a senhora
19 Maria Aparecida comentou, todos os direitos relativos ao regime estão sendo implementados
20 enquanto não há essa mudança, gozo de licença-prêmio, férias etc., mas a aposentadoria
21 realmente não tem como orientar para que seja feita após essa decisão. Sobre a jornada dos
22 servidores com filhos PCDs, realmente o processo está na Procuradoria Geral, vai ser analisado
23 nos próximos dias e em breve vai constar da pauta da CAD. Em relação ao episódio apontado
24 pelo professor Daniel sobre a segurança jurídica, diz que tentou localizar o processo a que ele
25 se referiu, do Departamento de Cirurgia, mas pelo que entendeu o caso envolvia um médico da
26 Funcamp e não um servidor da Unicamp. Nos últimos anos, não identificaram nenhum processo
27 em que a Procuradoria Geral não tenha atuado na defesa dos servidores. É importante
28 mencionar que o regimento interno da PG, recentemente alterado, no parágrafo 3º do artigo 2º,
29 elenca as hipóteses em que a representação judicial e extrajudicial dos servidores é feita pela
30 Procuradoria Geral. São mencionados os requisitos: o interessado deve apresentar um
31 requerimento, ele abrange os titulares de cargo, emprego ou função pública vinculados à
32 Unicamp, servidores celetistas e estatutários da carreira Paepe, docentes, portanto qualquer
33 servidor; está condicionada à prática de ato em consonância com orientação formal emitida pela
34 Procuradoria Geral. Pressupõe a convergência de interesse jurídico entre a Unicamp e o
35 servidor, eles devem estar defendendo os mesmos interesses; pode ser deferida ou mantida
36 mesmo após o desligamento do servidor público do cargo, emprego ou função, desde que
37 estejam presentes os demais requisitos. Não abrange procedimentos de apuração de denúncia
38 de assédio moral, sindicância ou processo disciplinar, então quando estão tratando desses
39 assuntos a Procuradoria Geral não pode fazer a defesa. Além disso, as despesas processuais
40 oriundas da demanda correrão à expensa do beneficiário da representação, e os honorários

advocatícios eventualmente oriundos dessa representação são destinados ao patrimônio da Universidade. Portanto, nesse regimento já estão elencados todos os requisitos para essa defesa dos servidores, mas aproveita a oportunidade para fazer um apelo: em muitos processos, a PG possui uma dificuldade muito grande de conseguir subsídio para a defesa da Instituição. Muitos departamentos não fornecem informações para a defesa técnica da Universidade, prejudicando a defesa e consequentemente gerando um ônus para a Universidade. Isso é bastante grave, e informa que estão combinando reuniões internas para ver que medidas podem tomar, porque esse subsídio técnico das unidades é fundamental para uma boa defesa da Instituição, então faz esse apelo a todas as unidades e os órgãos para que, quando forem demandados pela Procuradoria Geral a prestar informações para subsidiar as defesas nos processos judiciais, o façam com bastante cuidado, com bastante cautela, e com o máximo de informações e rapidez, para que a defesa seja logo apresentada e possam fazer uma boa defesa da Instituição. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI informa que a Unicamp foi contemplada em uma primeira fase, que é mais documental, do Edital 825 da Capes, de adesão à Rede Brics-NU. A Unicamp vai liderar no tema de economia, e os outros dois temas que ela submeteu, que são ciências humanas e sociais e o estudo do Brics, deverão entrar em associação com outras universidades. O trabalho começa de fato agora, com a construção do projeto, e destaca que a Unicamp foi muito bem avaliada, tendo obtido a nota máxima possível, que era 95, visto que cinco pontos percentuais eram para aquelas universidades que estavam em outras regiões que não do Sul-Sudeste. Informa também que a Capes, no dia 06 de maio, realizou um seminário em sua sede apresentando a nova ficha de avaliação, que traz algumas novidades. Com isso, terão que conversar a respeito dos programas da Unicamp e da formação que tem sido oferecida aos alunos. Como bem frisou o seu coordenador de avaliação, dentre os três itens, que são o programa; a formação e produção intelectual; e o impacto, a Capes vai priorizar o impacto, que é um item que vai pesar bastante agora na próxima avaliação. A notícia boa é que toda essa mudança veio no início do quadriênio, sendo que estavam acostumados que isso viesse da metade para frente. A inserção, a visibilidade e a popularização do programa são aspectos que vão contar. Sabe que os programas e as unidades possuem os seus locais de divulgação, mas também há na PRPG, então solicita que enviem à pró-reitoria as ações para auxiliarem nessa divulgação. A inovação, a transferência de conhecimento e os impactos dos programas na sociedade são itens que realmente vão contar. Além disso, como a sociedade está vendo o programa, como a sociedade enxerga aquilo que a Universidade produz, então esses são pontos importantes que merecem ser discutidos a partir de agora. A PRPG vai dar apoio às unidades nesse sentido, mas quis destacar algumas dessas mudanças, porque vão pesar bastante na próxima avaliação. Relata que a professora Ana Frattini e ela foram na terça-feira passada à Fapesp; todos sabem que a Fapesp prioritariamente faz um fomento de pesquisa e não da pós-graduação, mas ela está com um projeto embrionário para fomentar, com bolsas e talvez até um pouco de fomento para a pesquisa em si, a pós-graduação. É algo para que o aluno tenha na sua formação um treinamento fora da universidade; existe um olhar e uma preocupação na

1 formação dos alunos que é de não ficar só dentro da universidade, mas realmente formar para
2 fora, dando um treinamento para empreendedorismo. Está tudo muito embrionário, mas é algo
3 positivo para o qual a Universidade deve estar preparada. Informa ainda que haverá um evento
4 do periódico Capes aqui na Unicamp, no auditório da FCM, no dia 06, às 10h, com participação
5 de uma pesquisadora da Science. As informações estão na página da PRPG. A Conselheira
6 SYLVIA HELENA FUREGATTI diz que nas últimas semanas a ProEEC esteve bastante
7 envolvida e preocupada com a questão da inclusão, com os ajustes e alterações necessárias para
8 as pessoas PCDs nas mais variadas linhas, nos seus editais, nos seus programas e projetos e na
9 maneira de tratar as pessoas de dentro da comunidade e de fora. Fizeram uma série de reuniões,
10 estão envolvendo várias pessoas especialistas para poder exercer esse direito, que foi hoje
11 bastante comentado aqui, e estão com vários editais abertos e projetos restabelecendo a
12 importância de ouvir a comunidade para os programas próprios da pró-reitoria, trabalhando
13 para que possam manter o ritmo que já foi dado. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA
14 diz que se comprometeu a ir em todas as unidades conversar com os diretores, coordenadores
15 e ATs, porque há várias questões na graduação que às vezes estão não conseguem ser resolvidas
16 porque envolvem uma ação mais coordenada dentro da unidade. Sabem que o coordenador de
17 graduação é normalmente a pessoa mais sobrecarregada na unidade, principalmente naquelas
18 que possuem disciplinas de serviço, mas uma das questões que estava parada há muito tempo é
19 relativa aos históricos escolares, que até hoje só são emitidos em português. A CCG, na gestão
20 do professor Ivan, já estava tentando tomar alguma atitude, e lembra que para aplicar para
21 qualquer processo internacional o aluno precisa de um documento em outra língua que não o
22 português. Isso estava gerando um estresse entre as coordenações, porque esse trabalho está
23 sendo feito pelas unidades, algumas estão pagando a tradução, outras estão usando inteligência
24 artificial, outras estão traduzindo como acham melhor, mas a PRG fez uma interlocução com a
25 DAC e com a própria CCG para fazerem um corte temporal. A DAC queria ter todas as
26 disciplinas de todas as unidades desde a fundação da Unicamp traduzidas em duas línguas,
27 porque eles querem fazer um trabalho bem feito, então fizeram um corte temporal e até 31 de
28 agosto esse material deve ser entregue para a CCG, depois no Siga e depois entra em um fluxo
29 mais normal. A DAC concordou em dividir a questão da emissão em duas partes: de 2010 para
30 frente vai ser automático pelo sistema em espanhol e inglês e antes disso vai ser um processo
31 mais manual, que vai levar mais tempo, e então podem fornecer. Há várias ações desse tipo que
32 estão paradas porque elas ficam em uma cobrança individual, então uma das coisas que estão
33 conversando com os diretores é que agora vão tomar atitudes um pouco mais contundentes. A
34 unidade que não entregar algo que seja demandado pela PRG vai deixar, por exemplo, de
35 concorrer a um edital, como acontece no Faepex. Está colocando isso aqui de uma forma bem
36 aberta para pedir a colaboração de todas as unidades de ensino, pesquisa e extensão para
37 resolverem essas questões. Espera que em breve tenham novidades sobre isso, porque já é mais
38 de uma década discutindo como fazer a tradução do histórico. Observa que são critérios que
39 geram desigualdade, porque o aluno que pode pagar pela tradução tem acesso a oportunidades
40 internacionais, e o aluno que não tem é privado disso. Em seguida, informa que estão abertos

os editais decentes para organização e participação em eventos; as inscrições abriram ontem e vão até 23 de junho. Solicita que os docentes que quiserem participar e organizar eventos utilizem os editais porque é muito comum a chegada de *e-mails* pedindo verba para eventos, só que isso vira um balcão, então os editais são uma forma de normatizar para que esse recurso seja oferecido de uma melhor forma à comunidade. Informa também que o cronograma PAD foi enviado às secretarias e coordenações. Comunica que as propostas recebidas no programa Professor Especialista Visitante vão ser liberadas para que as secretarias tenham mais tempo para lidar com os prazos da DAC, elas foram publicadas para que isso aconteça. Relata que três *e-books* organizados pelo EA² foram publicados neste mês de maio, um deles trata de inteligência artificial, competência e tecnologias digitais no ensino superior, e eles estão disponíveis no *site* do EA². O Espaço também vai promover, junto com a PRG, mais uma edição do evento Inovações Curriculares, que vai ser anunciada em breve. Outra coisa muito importante é que ontem saiu no Diário Oficial a publicação do Enad 2025; muitas vezes não sabem exatamente para que lado o Enad vai, então os cursos de Administração, Administração Pública, Ciências Econômicas e Medicina estão listados, além das licenciaturas. Vão verificar as alterações e entrar em contato o mais rápido possível com as unidades. A Conselheira ANA MARIA FRATTINI FILETI informa que o Faepex possui três editais abertos no momento, um deles é o Mais Mulheres na Pesquisa, cujas inscrições seguem até dia 16 de junho. São propostas de até R\$40 mil, em um edital total de R\$400 mil voltado às mulheres que pretendem fazer alguma ponte de ligação com instituições do exterior, para comandar algum projeto maior de pesquisa. Os alunos que vão acompanhá-la não precisam ser mulheres, podem ser homens também, mas a líder, a coordenadora deve ser mulher. A ideia é promover maior integração das mulheres, no sentido de trazer mais visibilidade ao trabalho delas e consequentemente promover a maior produtividade acadêmica do grupo que ela lidera. Outra linha que está com o edital aberto é a de projetos na linha de extensão, para promoção de eventos na Unicamp ou decorrentes de projetos que são desenvolvidos na Unicamp; as propostas são até R\$20 mil, com edital total de R\$300 mil, aberto até dia 05 de junho. O edital de apoio a periódicos científicos eletrônicos, que são impressos e desenvolvidos pela própria Unicamp, terá propostas até R\$16,5 mil, com edital total de R\$165 mil, aberto até dia 30 de maio. Há três eventos previstos na PRP voltados à questão dos dados; fizeram no ano passado o primeiro Love Data Day, é um nome que se usa internacionalmente para dizer “cuide bem dos seus dados”, e a próxima edição vai ocorrer no dia 03 de junho, no Centro de Convenções da Unicamp. Já estão com as inscrições abertas para esse evento, que tem a ideia de mostrar as aplicações de inteligência artificial na área de Saúde. O professor Rodolfo Paganella vai fazer uma palestra, vão falar um pouco sobre os dados de mulheres nas pesquisas da Unicamp e na parte da tarde vão fazer um *hands-on*, uma oficina para os alunos que necessitem subir seus dados no repositório da Unicamp. Há sempre uma renovação de informação que tem que chegar aos alunos; todo ano eles recebem essa informação, mas existe um rodízio de alunos, então todo ano estão procurando fazer essa oficina para que nenhum deles deixe de saber a importância de ter os seus dados de pesquisa, sejam eles dados originários da pesquisa ou metadados, no registro da Unicamp. Hoje está

ocorrendo uma mentoria aos 73 bolsistas de gestão em pesquisa sobre um banco de dados que se chama Overton, uma plataforma onde se procura encontrar políticas públicas decorrentes de atividades de pesquisa. A professora Cláudia falou dos impactos, e um dos impactos é o que sai de política pública quando desenvolvem alguma pesquisa aqui dentro da Universidade. É claro que nem todas as pesquisas se tornam política pública, da mesma forma que nem todas se tornam inovação. Todas se tornam produção acadêmica, mas devem saber identificar, então esse treinamento é para os bolsistas de gestão em pesquisa, para que eles consigam ter uma forma de encontrar esses impactos dentro das devidas plataformas. Também está ocorrendo um evento do INPI com a Inova, que é a trilha do conhecimento; para esses mesmos bolsistas de pós-doutorado em gestão em pesquisa, foi preparada uma trilha de conhecimento que envolve toda a questão da propriedade intelectual, que já foi oferecida foi pelos técnicos do INPI de forma *on-line*, e agora durante um mês está havendo presencialmente com todos os profissionais da Inova voltados para transferência de tecnologia. Estão sendo repassadas todas as informações da importância e de como fazer essas transferências de tecnologia e quais os instrumentos legais para fazer isso. A ideia é que esses bolsistas possam fazer a disseminação desse conhecimento para todos os grandes centros e unidades onde eles atuam. Por último, informa que vão ter no dia 26 de agosto um *workshop* voltado a dados de sequenciamento genético, uma atividade da Comissão de Patrimônio Genético – Patgen da Unicamp, que fica sob responsabilidade da PRP, visando conversar sobre as questões éticas e legais do uso dos dados de sequenciamento genético. Sabem que cada vez mais os sequenciamentos estão gerando os bancos de dados, existe toda uma normatização a respeito disso e orientações para questões de governança desses dados. Deixará para o professor Fernando Sarti falar sobre o Pind. Agradece a todos pela receptividade que tiveram à presença feminina nas pró-reitorias e diz que a PRP está aberta à visita dos conselheiros, basta agendar e aparecer com as demandas que estará lá para receber a todos. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz, sobre o Pind, que foram submetidos 53 projetos, no valor total de R\$3,3 milhões; eles estão em análise e os resultados saem dia 29 de agosto. Informa que amanhã será divulgada a lista de classificados na progressão e os recursos financeiros para o processo. Até dia 06 de junho será divulgada a lista classificatória dos servidores e também os servidores contemplados. Informa também que os *rankings* do THE Impact e do QS World disponibilizarão seus resultados em meados de junho. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO dá as boas-vindas ao novo diretor do IG, professor Emilson, e cumprimenta a professora Andréia, que está deixando a direção do IFCH. Informa que esta semana participou de uma reunião referente a um sistema que estão organizando denominado Sistema de Controle Interno, que recebe informações dos sistemas da Universidade e também demandas externas, e trabalha junto com a Controladoria da Universidade. Um dos assuntos da reunião foi a quantidade de legislações existentes no Estado de São Paulo e a obrigatoriedade de a Universidade segui-las *ipsis litteris*. Conversaram bastante sobre a possibilidade de essas legislações serem adaptadas à realidade da Universidade, de acordo com aquilo que ela tem como hábito. Conversaram inclusive com a doutora Fernanda que há muitas dessas legislações que às vezes não conseguem atender *ipsis litteris* porque elas

são construídas em um contexto que a Universidade não consegue acompanhar. Mas tem muita coisa que considera que vai na direção da civilidade, então é óbvio que esse sistema tem a obrigação de olhar isso com cuidado e fazer as adaptações, sempre com o suporte e o aconselhamento da Procuradoria Geral. Informa que no dia 23 de agosto será realizada mais uma edição da Universidade de Portas Abertas – UPA, uma atividade intensa de que a Universidade toda participa, sob a coordenação da CGU. Esse evento é uma grande celebração da Universidade, em que as pessoas vêm para ver aquilo que a Unicamp pode oferecer em termos de formação profissional e também o que ela universidade entrega para a comunidade. Solicita um envolvimento ainda maior da comunidade para que o evento realmente seja um sucesso, como sempre vem sendo. Informa também que sexta e sábado que vem ocorrerá o Hackathon, que tem a proposta de reunir em várias universidades do Estado de São Paulo ambientes onde pessoas se juntem para tentar resolver um problema colocado pela Polícia Federal. O problema colocado para essa edição será como desenvolver metodologias adequadas ao meio ambiente para a destruição de cigarros eletrônicos. A Polícia Federal tem uma quantidade enorme desses equipamentos e ela precisa fazer um grande *brainstorm* para que as pessoas pensem em alternativas ambientalmente sustentáveis para realizar o procedimento. Há 300 pessoas inscritas, a Faculdade de Ciências Farmacêuticas se candidatou para apresentar o evento e é ela que está coordenando, junto com colegas de várias universidades do Estado de São Paulo, para que esse evento realmente possa acontecer com sucesso. Solidariza-se com o Cotil e com o IFCH pelas perdas de docentes que sofreram. O MAGNÍFICO REITOR agradece à professora Andréia e ao professor Michel pela presença constante nesses anos e dá as boas-vindas ao professor Emilson. Agradece aos representantes docentes que estão se despedindo, tiveram conselheiros de diferentes correntes de pensamento, mas foi muito importante que todos estivessem aqui, pudessem deixar suas contribuições. Alguns retornarão, serão também muito bem-vindos. Respondendo ao professor Daniel, diz que é um desafio grande fazer gestão com agilidade e segurança jurídica. A questão de ter um CNPJ para cada unidade nunca foi concretizada porque no final é a figura do Reitor quem responde por tudo, inclusive colocando seu CPF e seu patrimônio à disposição para que isso faça parte da discussão de quem ordena a despesa. Então, não sabe se esse é o melhor caminho, mas acredita que precisam fazer as coisas serem mais ágeis com segurança jurídica, talvez diminuindo algumas etapas. O volume de documentos que assina por dia não é trivial, são documentos dos mais diversos, prestações de contas milionárias, e é preciso muita atenção nisso para que possam seguir bem. Agradece a todo o sistema de atenção, de controle, porque ele de fato é bastante rigoroso, e mesmo assim às vezes escapam coisas. Sobre o assunto dos não modulados, diz que está planejando uma reunião, e expressa sua sensibilidade com esse tema. Estava nesta Casa quando em 2013 houve uma decisão do Conselho Universitário para que algumas pessoas contratadas entre 1985 e 1988 pudessem ter condições de entrar no regime estatutário. Jamais imaginou que isso se tornaria uma ação e que terminaria dessa forma. Dentre os dois mil profissionais inclusos, 1.600 tiveram alguma modulação, e os não modulados são aqueles que não haviam atingido alguma regra de aposentadoria até o dia da decisão do Supremo. Precisam lidar com as pessoas que estão nessa

1 situação, dar a elas uma condição de poder conversar com a Reitoria, terem respostas. É uma
2 decisão muito recente e não podem tomar atitudes de forma abrupta; é fundamental que
3 orientem as pessoas a não fazerem coisas que não devem fazer. Respondendo ao conselheiro
4 Cláudio, diz que como Reitor não pode assinar uma aposentadoria de alguém nessa situação,
5 porque certamente seria colocar em risco tanto o servidor, quanto ele como Reitor e a própria
6 Universidade, porque estariam cometendo um delito, desrespeitando uma decisão do Supremo.
7 É uma pena não poder aposentar as pessoas com aquilo que elas planejaram, mas é uma situação
8 que se apresentou nesse desenho. Em relação ao ponto eletrônico, ele é uma situação real; há
9 propostas para que estudem, mas a ideia é fazer o melhor possível para que não haja esse
10 excesso de burocracia, como alguns relataram. Possuem um compromisso envolvendo a
11 atenção aos PCDs, pensando em uma maior flexibilidade; as coisas estão gradualmente sendo
12 coordenadas pela DGRH. Sobre o fretado, relata que o professor Sarti e ele iniciaram um
13 trabalho em 2021 buscando valorizar a volta dos servidores ao fretado, que tinha uma baixa
14 procura, de 50%, e hoje há um aumento significativo, chegando até a gerar dificuldades
15 operacionais. Pessoas de Cosmópolis e de Itapira também estão procurando, e se dentro da regra
16 puderem fazer com que todos tenham condição de ter o fretado nesse modelo que fizeram, com
17 um maior investimento da Universidade para que as pessoas paguem menos e com uma melhor
18 condição de transporte, vão buscar isso. Sabem que muitos problemas aconteceram no início
19 da transição, eles estão sendo resolvidos, e solicita ao conselheiro Higor que os mantenha
20 informados desses casos para que persigam a qualquer momento a melhora das condições para
21 as pessoas. Aquele momento inicial já foi superado, sobretudo na área da Saúde, que pela sua
22 própria natureza possui muitas diferenças e nuances de horário. Sobre o caso do Instituto de
23 Biologia, observa que a fala do professor Hernandez no Conselho Universitário repercutiu no
24 portal de notícias G1, o que achou bom. Na semana seguinte houve uma nova matéria, com
25 outro tom, tentando demonstrar também o papel da pessoa externa, que não estava no Brasil.
26 Fez uma defesa aqui do que tinha acontecido com o então Reitor, professor Antonio José, que
27 no dia 16 de abril assinou um documento, porque não havia fatos novos, e depois apareceram
28 outros fatos. Algo que o preocupou muito foi tentar construir alguma relação em que os colegas
29 do IB possam trabalhar neste momento voltando a um nível de normalidade com suas pesquisas
30 e com um nível de relação cotidiana com seu trabalho de forma mais tranquila. Porque hoje eles
31 estão em uma situação sem nenhum nível de financiamento com a Fapesp. No dia 16 de maio,
32 esteve em uma reunião com os dirigentes da Fapesp, e agradece publicamente aos professores
33 Antonio José e Cármino, que estão no conselho da Fapesp e que ajudaram a viabilizar a
34 conversa. Lá expressou a preocupação da Unicamp com essa situação do Instituto de Biologia,
35 que é um instituto importante da Universidade, com uma história de 60 anos de dedicação à
36 pesquisa, e que neste momento se vê em uma situação como essa. Surgiu a ideia de fazer uma
37 reunião com os jurídicos na busca de uma de um acordo administrativo, para não prejudicar a
38 sequência das ações judiciais, que inevitavelmente vão acontecer, mas se ficarem esperando
39 uma decisão dessa ação judicial o IB vai ficar paralisado. No dia seguinte a essa reunião,
40 combinou com o professor Hernandez e o professor Joly uma reunião com a Procuradoria Geral,

1 com o procurador, e agradece à doutora Fernanda por ter sugerido coisas muito importantes.
2 Vão chamar um pequeno comitê do IB para discutir a ideia de levar à Fapesp uma proposta da
3 Unicamp para buscar essa ação de acordo e dessa forma o IB se estabilize, as pessoas possam
4 restituir suas linhas de financiamento, a condução dos seus projetos de pesquisa, normalizar as
5 bolsas de estudos dos pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos, alunos de iniciação científica
6 que têm vínculos com a Fapesp. Com isso, as pessoas poderão fazer a defesa da sua inocência
7 de uma forma mais equilibrada, mais tranquila e com um raciocínio focado em defender-se
8 daquilo que já sabem e que se transformou em algo público, podendo fazer com que sua vida
9 tenha sequência, suas carreiras possam seguir e o seu trabalho possa continuar. É indiscutível a
10 importância do IB para a pesquisa científica não só da Unicamp, mas do país e do mundo.
11 Mencionou nessa reunião que já havia uma discussão no interior da Fapesp sobre a mudança
12 da forma de *compliance* de gestão desse recurso. Já falou com a doutora Fernanda e também
13 colocaram no caso a relação com a Funcamp, para inicialmente fazerem um piloto de projeto
14 junto com a Fapesp e com isso possam ter uma nova forma de gestão desses recursos. Muitas
15 vezes um docente consegue um projeto de R\$10 milhões, por exemplo para Cepids, e é
16 colocado no seu CPF, em uma conta sua esse valor, mas fazer gestão de R\$10 milhões não é
17 trivial. Por isso desejam colocar a Universidade mais diretamente vinculada a isso, para que
18 exista agilidade com segurança jurídica. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão
19 e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e
20 solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho
21 Universitário. Campinas, 27 de maio de 2025.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **192ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 05 de agosto de 2025, sem alterações.*

Conselho Universitário - CONSU²⁴²

191ª Sessão Ordinária, realizada em 27 de Maio de 2025

Resultado da votação

Item 01 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
61	0	0

VOTANTES

Nomes	Votos
Bruno Gomes Ximenes	Favorável
Odilon José Roble	Favorável
Ricardo Miranda Martins	Favorável
Eduardo Gurgel do Amaral	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho	Favorável
Jörg Kobarg	Favorável
Hernandes Faustino de Carvalho	Favorável
Rodolfo Jardim de Azevedo	Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins	Favorável
Reginaldo Alves do Nascimento	Favorável
Célio Hiratuka	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável
Emilson Pereira Leite	Favorável

Ariovaldo José da Silva	Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva	Favorável
Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan	Favorável
Laura Rinco Hassen Khaddour	Favorável
Marcos Nogueira Martins	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Favorável
Fernando Antonio Santos Coelho	Favorável
Barbara Jéssica de Assunção Costa	Favorável
Milena Pavan Serafim	Favorável
Sylvia Helena Furegatti	Favorável
Cláudio Francisco Tormena	Favorável
Sandro Dias	Favorável
Mônica Alonso Cotta	Favorável
Cláudia Vianna Maurer Morelli	Favorável
Elaine Cristina de Ataíde	Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury	Favorável
Marcos César de Oliveira	Favorável
Luiz Seabra Junior	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável

Jose Luis Pio Romera	244	Favorável
Ângelo Roberto Biasi		Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque		Favorável
Amanda dos Santos de Deus		Favorável
Francisco Hideo Aoki		Favorável
Juliana Freitag Borin		Favorável
Verónica Andrea González-López		Favorável
Petrilson Alan Pinheiro da Silva		Favorável
Débora Cristina Jeffrey		Favorável
Noel dos Santos Carvalho		Favorável
Arnaldo César da Silva Walter		Favorável
Hugo Enrique Hernandez Figueroa		Favorável
Beatriz Cardoso Nascimento		Favorável
Marcelo Dotti		Favorável
Karina Gonzales Silvério Ruiz		Favorável
Roberta Cunha Matheus Rodrigues		Favorável
Dirceu Noriler		Favorável
Higor Campos do Nascimento		Favorável
Dirce Djanira Pacheco E Zan		Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz		Favorável
Joana Froes Braganca Bastos		Favorável

245	
Anderson de Souza Sant´Ana	Favorável
Adilton Dorival Leite	Favorável
Marisa Masumi Beppu	Favorável
Andréia Galvão	Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues	Favorável
Gláucia Maria Pastore	Favorável
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Fernando Sarti	
Claudio Saddy Rodrigues Coy	
Leandro Aparecido Villas	
Simone Appenzeller	
Silvia Cristina Franco Amaral	
Daniel Martins de Souza	
Anna Christina Bentes da Silva	
Marcelo Alves da Silva Mori	
Samuel Rocha de Oliveira	
José Antonio Rocha Gontijo	
Muriel de Oliveira Gavira	
Luara Souza de Oliveira	
Kethlyn Kethriny da Costa Brito	

Erika Chioca Furlan

Pedro Víctor de Carvalho Costa

Gabriela Leme Lamana

Cláudio José Servato

Giovanna da Costa Romaro

Eliana da Silva Souza

Leandro Horie

Marcílio Alves

Conselho Universitário - CONSU²⁴⁷

191ª Sessão Ordinária, realizada em 27 de Maio de 2025

Resultado da votação

Item 02 da Ordem do Dia

		
Favorável	Contrário(a)	Abstenção
60	0	2

VOTANTES

Nomes	Votos
Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho	Favorável
Barbara Jéssica de Assunção Costa	Favorável
Eduardo Gurgel do Amaral	Favorável
Jörg Kobarg	Favorável
Bruno Gomes Ximenes	Favorável
Karina Gonzales Silvério Ruiz	Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues	Favorável
Anderson de Souza Sant´Ana	Favorável
Ricardo Miranda Martins	Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
Odilon José Roble	Favorável
Emilson Pereira Leite	Favorável
Célio Hiratuka	Favorável

Eliana da Silva Souza	Favorável
Cláudio Francisco Tormena	Favorável
Claudio Saddy Rodrigues Coy	Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque	Favorável
Verónica Andrea González-López	Favorável
Ângelo Roberto Biasi	Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins	Favorável
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
Arnaldo César da Silva Walter	Favorável
Dirce Djanira Pacheco E Zan	Favorável
Milena Pavan Serafim	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
Marcos Nogueira Martins	Favorável
Jose Luis Pio Romera	Favorável
Marisa Masumi Beppu	Favorável
Fernando Antonio Santos Coelho	Favorável
Leonardo Lorenzo Bravo Roger	Abstenção
Beatriz Cardoso Nascimento	Favorável
Hernandes Faustino de Carvalho	Favorável

Elaine Cristina de Ataíde	249	Favorável
Rodolfo Jardim de Azevedo		Favorável
Marcos César de Oliveira		Favorável
Petrilson Alan Pinheiro da Silva		Favorável
Luiz Seabra Junior		Favorável
Juliana Freitag Borin		Favorável
Cláudia Vianna Maurer Morelli		Favorável
Noel dos Santos Carvalho		Favorável
Sylvia Helena Furegatti		Favorável
Andréia Galvão		Favorável
Dirceu Noriler		Favorável
Laura Rinco Hassen Khaddour		Favorável
Sandro Dias		Favorável
Adilton Dorival Leite		Favorável
Mônica Alonso Cotta		Favorável
Roberta Cunha Matheus Rodrigues		Favorável
Cínthia Pereira Machado Tabchoury		Favorável
Higor Campos do Nascimento		Favorável
Ana Maria Alves Carneiro da Silva		Favorável
Joana Froes Braganca Bastos		Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz		Favorável

250	
Hugo Enrique Hernandez Figueroa	Favorável
Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Elaine dos Santos Jose	Favorável
Fernando Sarti	Favorável
Amanda dos Santos de Deus	Favorável
Marcelo Dotti	Favorável
Gláucia Maria Pastore	Abstenção
NÃO VOTANTES	
Nomes	
Leandro Aparecido Villas	
Simone Appenzeller	
Silvia Cristina Franco Amaral	
Daniel Martins de Souza	
Anna Christina Bentes da Silva	
Francisco Hideo Aoki	
Marcelo Alves da Silva Mori	
Samuel Rocha de Oliveira	
José Antonio Rocha Gontijo	
Muriel de Oliveira Gavira	
Luara Souza de Oliveira	
Kethlyn Kethriny da Costa Brito	

Erika Chioca Furlan

Pedro Víctor de Carvalho Costa

Gabriela Leme Lamana

Cláudio José Servato

Giovanna da Costa Romaro

Reginaldo Alves do Nascimento

Leandro Horie

Marcílio Alves